

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMARIA IBAITI – PARANÁ.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AOS CONTRATOS DE N°224-PMI E N°226-PMI - PREGÃO ELETRÔNICO DE N°. 054/2021-PMI

CONTRATATANTE: MUNICÍPIO DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, sito à Praça dos Três Poderes, nº 23, CNPJ/MF nº 77.008.068/0001-41, representada pelo Sr. Prefeito Municipal, ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob nº.023.244.229-05 e portador da Carteira de Identidade RG nº 6.259.277-0SSP/PR.

CONTRATADAS: JOAO PINTO DE MELLO NETO, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o n° 35.578.934/0001-90, com sede na SITIO PARAÍZO - ESTRADA PLANALTO - S/N°, O CASA SÍTIO RURAL - CEP: 84900000 - BAIRRO: FAZENDA PLANALTO, Município de Ibaiti/PR; E EDINEI ROCHA - TURISMO, inscrita no CNPJ sob o n° 81.078.529/0001-20, inscrição Estadual n° ISENTO, inscrição Municipal n° 37958, com sede localizada na RUA ANTONIO DE MOURA BUENO, O Casa - CEP: 84900000 - BAIRRO: Centro, na cidade de Ibaiti - PARANÁ.

OBJETO DO ADITIVO: Acréscimo de quantitativos/quilometragem das linhas de n°02 e n°07, inicialmente contratadas, conforme Pregão Eletrônico de n°054/2021.

sistema ok

23316 - 16 69 48 30 / 09 8033

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Diretor do Departamento de Transporte Rodoviário - Sadraque da Silva Cipriano

Memorando Nº 002/2022

Ibaiti, 30 de Setembro de 2022.

PARA: Antonely de Cássio Alves de Carvalho – Prefeito Municipal ASSUNTO: ADITIVO QUANTITATIVO DE KM TRANSPORTE ESCOLAR

Solicito a Vossa Excelência, providência para formalização de aditivo de quantitativo de KM nas linhas de transporte escolar abaixo destacadas. Saliento que existe exponencial crescimento de matrículas em toda área rural do município, necessitando que os alunos sejam atendidos com o transporte.

LINHA	QTDE	ALUNO	LOCALIDADE		
02 Planalto II	31,60 KM	Alex Alerrandro	Faz. Santa Catarina		
pregão 54/21		Ferreira – Col.	prox estrada		
		Margarida -	paulistinha		
	34.68	Campinhos			
07 Fazendinha	15,2 KM	Aluna Mariele	Fazendinha		
pregão 54/21	26 50	Aparecida - CEEP			
14	21,6 KM	Pedro Henrique -	Sitio São Joao -		
Vassoural/Banco		Escola Silvino –	passa Banco da		
da Terra pregão		Vassoural	Terra		
07/22					

Respeitosamente

Sadrague da Silva Cipriano Diretos do Departamento Rodoviário Documento Portario nº 720 de 22/07/2022

JUSTIFICATIVA MEMORANDO 002/2022 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO



Considerando que a presente solicitação trata acerca de linha de transporte escolar e o mesmo é considerado serviço continuo e não pode ser interrompido, além disso é linha direcionada para atendimento na Zona Rural;

Considerando que é dever do estado garantir o acesso da criança a escola;

Considerando que existe recurso orçamentário disponível para continuar custeando com tal despesa;

Considerando que existe exponencial crescimento de matrículas na rede publica de ensino, principalmente na zona rural, onde o transporte escolar é prioritário;

Justifica-se assim de aditivo de quantitativo de KM, pela necessidade de atender alunos no trecho destacado em anexo:

Sadraque da Silva Cipriano Sentor do Departamento Rodoviário Rod 10.249.294.3 Rodana nº 120 de 22/07/2022

ADITIVO QUANTITATIVO KM LINHA PLANALTO II

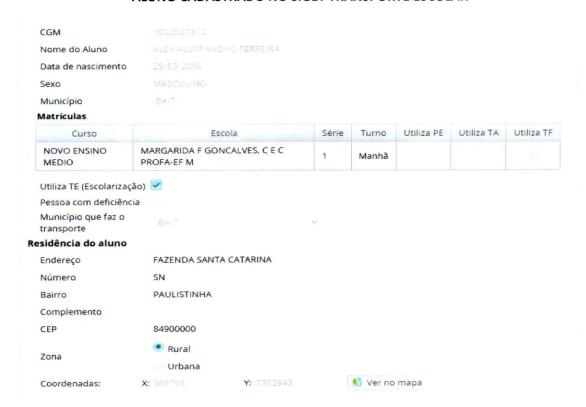


SAI DA RODA PRINCIPAL REGIAO PLANALTO E VAI ATE COMEÇO DA FAZENDA EFRAIM/SANTA CATARINA

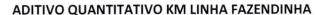
Total: 7,9 km

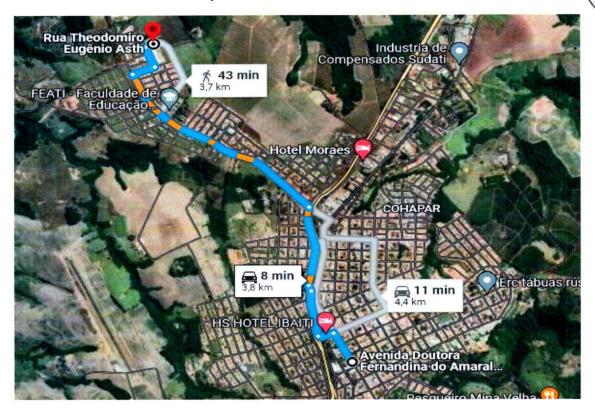
Total diário aditivo KM x 4 (ida e volta): 31,60 km

ALUNO CADASTRADO NO SIGET TRANSPORTE ESCOLAR









SAI DO FIM DA ROTA, PRAÇA E VAI ATE O CEEP LEVAR ALUNA FAZENDINHA

TOTAL: 3,8 KM

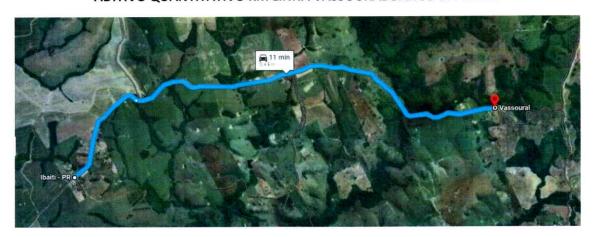
TOTAL ADITIVO KM X 4 (IDA E VOLTA): 15,2 KM

ALUNO CADASTRADO NO SIGET TRANSPORTE ESCOLAR





ADITIVO QUANTITATIVO KM LINHA VASSOURAL BANCO DA TERRA



SAI DO BANCO DA TERRA VAI ATE SITIO SÃO JOAO BUSCAR ALUNO TOTAL: 5,4

TOTAL ADITIVOKM X 4 (IDA E VOLTA) 21,6

☆ www.siget.pr.gov.br/Siget/aluno/edit.xhtml?cid=1

Nome do Aluno

PEDRO HENRIQUE MOREIRA DOMINGOS

Data de nascimento

14/03/2016

Sexo

MASCULING

Município

BAIT

Matrículas

Curso	Escola	Série	Turno	Utiliza PE	Utiliza TA	Utiliza TF
ENSINO FUND 1/5 ANO MCICLO 2/3	SILVINO FERREIRA QUADROS, E M C -EI EF	1	Manhã			

Utiliza TE (Escolarização) 🗹

Pessoa com deficiência

Município que faz o

transporte

BAT

Residência do aluno

Endereço

SITIO SAO JOAO

Número

S/N

Bairro

VASSOURAL

Complemento

CEP

84900000

Rural

Zona

Urbana

Coordenadas:

X: 573998

Y: 7390883

👫 Ver no mapa

Sadraque da Silva Cipriano Diretor de Departamento Rodoviério Ref 10.248.294-3



Município de Ibaiti

Pregão 54/2021 - Anexo 01



rocesso 440/2			Qtde.	Unid.	Preço Máximo Unitário	Preço Máximo Total
N° Item		Descrição do Produto / Serviço				
Lote: 0001	Lote 001		28.326,20	KM	4,82	136.532,28
0001	17.1.37586	LINHA № 01 - CARATUVA			PREÇO MÁXIMO DO LOTE :	136,532,28
Lote: 0002	Lote 002		27.744.00	KM	4,87	135.113,28
0001	17.1.37232	LINHA Nº 02 - PLANALTO II			PREÇO MÁXIMO DO LOTE :	135.113,28
Lote: 0003	Lote 003	AND AND ARTICLE O COM 42 LIGARI	25.200,00	KM	4,98	125.496,00
0001	17.1.37589	LINHA Nº 04 - IPIRANGUINHA TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULO COM 42 LUGARI	20.200,00		PREÇO MÁXIMO DO LOTE :	125.496,00
Lote: 0004	Lote 004	THE A CHAY TRANSPORTE	21,200,00	KM	5,26	111.512,00
0001	17.1.37590	LINHA Nº 05 - VILA GUAY/PICO AGUDO LINHA Nº 05 - VILA GUAY TRANSPORTE	21,000		PREÇO MÁXIMO DO LOTE :	111.512,00
Lote: 0005	Lote 005	TO A STOLLO	44,505,00	KM	4,6	3 206.058,15
0001	17.1.37591	LINHA № 06 - IBAITI/EUZEBIO DE OLIVEIRA TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULO	44.500,00		PREÇO MÁXIMO DO LOTE :	206.058,15
Lote: 0006	Lote 006	THE PROPERTY OF THE PROPERTY O	21,200,00	KM	4,1	0 86.920,00
0001	17.1.37592	LINHA N° 07 FAZENDINHA LINHA N° 07 – FAZENDINHA TRANSPORTE ESCOLAR - 1	21.200,00		PREÇO MÁXIMO DO LOTE :	86.920,0
Lote: 0007	Lote 007	TO ANCOUNT TO ANCOUNT E	24.084,00	KM	4,5	59 110.545,56
0001	17.1.37593	LINHA Nº 08 - EUZÉBIO DE OLIVEIRA / FAZENDA RIO CORRENTE TRANSPORTE E:	24.001,00		PREÇO MÁXIMO DO LOTE	: 110.545,5
Lote: 0008	Lote 008		18,200,00	KM	3,	73 67.886,0
0001	17.1.37594	LINHA N° 24 - RIO ENGANO TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULO COM 12 LUGARES	10.200,00	15141	PREÇO MÁXIMO DO LOTE	: 67.886,0
					PREÇO MÁXIMO DA LICITAÇÃO	980.063,2



MUNICÍPIO DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ



PORTARIA Nº 720, DE 22 DE JULHO DE 2022

Nomeia o servidor Sadraque da Silva Cipriano, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento Rodoviário.

O SENHOR ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Inciso VI, do art. 66, da Lei Orgânica do Município de 27.4.1990,

RESOLVE

Art. 1º NOMEAR o servidor público municipal SADRAQUE DA SILVA CIPRIANO, portador da CI-RG nº 10.249.294-3 (SSP/PR), inscrito no CPF sob nº 067.334.969-17, para exercer o cargo em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO, com direito aos proventos fixados na Lei Complementar nº 581, de 23 de dezembro de 2009 e Lei nº 1005, de 29.7.2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 4 de julho de 2022.

PUBLIQUE-SE COMUNIQUE-SE CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois (22.7.2022).

ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO

Prefeito Municipal



DIÁRIO OFICIAL



MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

EDIÇÃO № 2193 | IBAITI, SEXTA-FEIRA, 22 DE JULHO DE 2022

MUNICÍPIO DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 720, DE 22 DE JULHO DE 2022

Nomeia o servidor Sadraque da Silva Cipriano, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento Rodoviário.

O SENHOR ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Inciso VI, do art. 66, da Lei Orgânica do Município de 27.4.1990,

Art. 1º NOMEAR o servidor público municipal SADRAQUE DA SILVA CIPRIANO, portador da CI-RG nº 10.249.294-3 (SSP/PR), inscrito no CPF sob nº 067.334.969-17, para exercer o cargo em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO, com direito aos proventos fixados na Lei Complementar nº 581, de 23 de dezembro de 2009 e Lei nº 1005, de 29.7.2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 4 de julho de 2022.

PUBLIQUE-SE COMUNIQUE-SE CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, aos vinte e dois dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e dois (22.7.2022).

> ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ



JUSTIFICATIVA MEMORANDO 02/2022 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Considerando que a presente solicitação trata acerca de linha de transporte escolar e o mesmo é considerado serviço continuo e não pode ser interrompido, além disso é linha direcionado para atendimento na zona rural;

Considerando que é dever do estado garantir o acesso da criança a escola;

Considerando que existe recurso orçamentário disponível para continuar custeando tal despesa;

Considerando que existe aumento considerável de matriculas na rede publica de ensino, principalmente na zona rural, onde o transporte escolar trata como prioridade;

Considerando que o ano letivo do corrente ano finaliza em 19 de dezembro de 2022, restando 27 dias letivos até o término da vigência dos contratos inclusos no pregão 54/2021, em 21 de novembro de 2022;

Os trechos referentes a solicitação estão detalhados abaixo:

- Linha Planalto II (necessário levar aluno que reside distante da escola do distrito do Campinhos, em região onde não passava transporte escolar (próximo estrada da Paulistinha);
- Linha Fazendinha (necessário transportar aluno que estuda no CEEP Seiji Hatanda, que oferece cursos que não existem em outros locais).

Desta forma solicito que o acréscimo seja para cada linha correspondente a 27 dias por KM diário contratado.

Ibaiti, 05 de Outubro de 2022.

Sadraçue da Silva Cipriano Diretor do Departamento Rodoviário RG 10.249.294-3 Portaria nº 720 de 22/07/2022



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC IBAITI - PARANÁ



CALENDÁRIO ESCOLAR 2022

Resolução № 5.807/2021 - GS/SEED

	Janeiro										
D	S	Т	Q	Q	S	S					
						1					
2	3	4	5	6	7	8					
9	10	11	12	13	14	15					
16	17	18	19	20	21	22					
23	24	25	26	27	28	29					
30	31										

		Fe	vere	iro		
D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28					

				Març	0			
	D	S	Т	Q	Q	S	S	
			1	2	3	4	5	
15	6	7	8	9	10	11	12	2
d/I	13	14	15	16	17	18	19	d
	20	21	22	23	24	25	26	
	27	28	29	30	31			

1 - Ano Novo

	S	S	Q	Q	Т	S	D
	2	1					
	9	8	7	6	5	4	3
	16	15	14	13	12	11	10
	23	22	21	20	19	18	17
1	30	29	28	27	26	25	24

				Maid)			
	D	S	Т	Q	Q	S	S	
17	1	2	3	4	5	6	7	1
d/I	8	9	10	11	12	13	14	1
	15	16	17	18	19	20	21	1
	22	23	24	25	26	27	28	
	29	30	31					1

				Junh	0			
	D	S	Т	Q	Q	S	S	
				1	2	3	4	
22	5	6	7	8	9	10	11	1
d/I	12	13	14	15	16	17	18	d
	19	20	21	22	23	24	25	
	26	27	28	29	30			

15 - Paixão 17 - Páscoa 21 - Tiradentes

1 - Dia do Trabalho

16 - Corpus Christi 24 - Padroeiro

			Julh	0		
D	S	T	Q	Q	S	S
					1	2
3	4	5	6	7	8	9
10	11	12	13	14	15	16
17	18	19	20	21	22	23
24	25	26	27	28	29	30
31						

			Α	gos	to			
	D	S	T	Q	Q	S	S	
		1	2	3	4	5	6	1
6	7	8	9	10	11	12	13	2
//	14	15	16	17	18	19	20	
	21	22	23	24	25	26	27	
5	28	29	30	31				
/1								

D	S	T	Q	Q	S	S
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17
18	19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30	

7 - Independência do Brasil

	_	0	utub	ro		
D	S	T	Q	Q	S	S
						1
2	3	4	5	6	7	8
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

D	S	T	Q	Q	S	S
		1	2	3	4	5
6	7	8	9	10	11	12
13	14	15	16	17	18	19
20	21	22	23	24	25	26
27	28	29	30			

		De	zem	bro			
D	S	Т	Q	Q	S	S	
				1	2	3	
4	5	6	7	8	9	10	1
11	12	13	14	15	16	17	d
18	19	20	21	22	23	24	
25	26	27	28	29	30	31	

12- N.S. Anarocida	15 - Dia do Professor
- IT.O. Apareciua	- Dia do Fiolessor

2 - Finados	15-	Proclamação	da	Repúblic
-------------	-----	-------------	----	----------

19 - Emancipação Pol. do PR 25 - Natal

Férias	Início e término do trimestre		
Semana Pedagógica	Feriados		
Início e término das aulas	Conselho de Classe trimestral após às 17		

AVALIAÇÃO TRIMESTRAL	
1º Trimestre - 07/02 a 26/05 - 72 dias	
2º Trimestre - 27/05 a 16/09 - 67 dias	
3º Trimestre - 19/09 a 19/12 - 61 dias	
TOTAL - 200 DIAS LETIVOS	

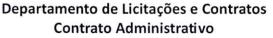
1° semestre	- 100 dias
2° semestre	- 100 dias

Sadraque da Silva Cipriano Diretor do Departamento Rodoviário RG 10.249.294-3 Ponarie nº 720 de 22/07/2022



Estado do Paraná

CNPJ nº 77.008.068/0001-41





-1-

CONTRATO Nº 226/2021 Pregão nº 54/2021

O MUNICÍPIO DE IBAITI, pessoa jurídica de direito público, com sede em Ibaiti (PR), sita a Praça dos Três Poderes, 23 CNPJ/MF nº. 77.008.068/0001-41, representada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Antonely de Cassio Alves de Carvalho, brasileiro, inscrita no CPF/MF sob nº 023.244.229-05 e portador da Carteira de Identidade RG nº 6.259.277-0 SSP/PR e a empresa JOAO PINTO DE MELLO NETO, inscrita no CNPJ sob o nº 35.578.934/0001-90, inscrição Estadual nº ISENTA, inscrição Municipal nº 435286, com sede localizada na SITIO PARAÍZO - ESTRADA PLANALTO - S/Nº, 0 CASA SÍTIO RURAL - CEP: 84900000 -BAIRRO: FAZENDA PLANALTO, na cidade de Ibaiti/PR, neste ato representado por seu Representante Legal, Sr(a) JOÃO PINTO DE MELLO NETO, inscrito no CPF/MF sob nº 046.302.109-62 e portador da Carteira de Identidade RG nº 7.797.894-1 - S, residente e domiciliado na SÍTIO PARAÍZO - ESTRADA PLANALTO, S/Nº CASA - CEP: 84900000 - BAIRRO: FAZENDA PLANALTO, Ibaiti/PR, houveram por bem celebrar o presente Contrato para A presente licitação tem por finalidade a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Transporte Escolar, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no Termo de Referência.. com prazo máximo de execução/fornecimento de 1 Dias, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL DE Pregão nº 54/2021, com sujeição às disposições da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e demais normas aplicáveis. nos termos referentes ao Pregão nº 54/2021 - PMI, bem como pelos termos da proposta da CONTRATADA, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Objeto -

1.1 O Objeto do presente Contrato é A presente licitação tem por finalidade a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Transporte Escolar, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no Termo de Referência., conforme especificações e demais informações constantes no Termo de Referência do Edital de Pregão nº 54/2021, relativos ao objeto do procedimento licitatório, que juntamente com a proposta da CONTRATADA, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição;

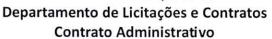
1.1.1: A empresa **JOAO PINTO DE MELLO NETO**, doravante denominada **CONTRATADA**, se obriga a fornecer/executar os materiais/serviços ao Município de Ibaiti, doravante denominado órgão **CONTRATANTE**, os seguintes itens:

Lote	Item	Código	Descrição do produto/serviço	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
		do		de		unitário	
		produto/s		medida			
		erviço					



Estado do Paraná

CNPJ nº 77.008.068/0001-41





1	37232	LINHA Nº 02 - PLANALTO II LINHA	KM	27.744.00	4.86	134.835,84
		N° 02 – PLANALTO II	ocono.v			
		fazenda planalto, passa pelo				
		Mineropar, retorna desce sentido				
		Sales.				
		Total: 46,240 km				
		DI ANALTO VOLTA MANULĂ O CO				
	1					
		fazenda planalto, passa pelo				
	İ					
		Mineropar, retorna desce sentido				
		campinhos até a Escola João S.				
		Sales.				
		fazenda planalto, passa pelo				
		Mineropar, retorna desce sentido				
		Sales.				
		Total: 46,240 km				
		*				
		TOTAL GERAL DA LINHA DIÁRIO:				
		138,720 km				
		FABRICADO ENTRE OS ANOS DE				
		1 37232	N° 02 – PLANALTO II TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULO COM 31 LUGARES PLANALTO IDA MANHÃ: Saída da Escola João S. Sales, sentido fazenda planalto, passa pelo varjeão, entra sentido assembléia de deus, retorna, sobe até Mineropar, retorna desce sentido amazonas, retorna sentido campinhos até a Escola João S. Sales. Total: 46,240 km PLANALTO VOLTA MANHÃ: Saída da Escola João S. Sales, sentido fazenda planalto, passa pelo varjeão, entra sentido assembléia de deus, retorna, sobe até Mineropar, retorna desce sentido amazonas, retorna sentido campinhos até a Escola João S. Sales. Total: 46,240 km PLANALTO VOLTA TARDE: Saída da Escola João S. Sales, sentido fazenda planalto, passa pelo varjeão, entra sentido assembléia de deus, retorna, sobe até Mineropar, retorna desce sentido amazonas, retorna sentido campinhos até a Escola João S. Sales. Total: 46,240 km TOTAL GERAL DA LINHA DIÁRIO: 138,720 km	N° 02 – PLANALTO II TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULO COM 31 LUGARES PLANALTO IDA MANHÁ: Saída da Escola João S. Sales, sentido fazenda planalto, passa pelo varjeão, entra sentido assembléia de deus, retorna, sobe até Mineropar, retorna desce sentido amazonas, retorna sentido campinhos até a Escola João S. Sales. Total: 46,240 km PLANALTO VOLTA MANHÁ: Saída da Escola João S. Sales, sentido fazenda planalto, passa pelo varjeão, entra sentido assembléia de deus, retorna, sobe até Mineropar, retorna desce sentido amazonas, retorna sentido campinhos até a Escola João S. Sales. Total: 46,240 km PLANALTO VOLTA TARDE: Saída da Escola João S. Sales, sentido fazenda planalto, passa pelo varjeão, entra sentido assembléia de deus, retorna, sobe até Mineropar, retorna desce sentido amazonas, retorna sentido campinhos até a Escola João S. Sales. Total: 46,240 km PLANALTO VOLTA TARDE: Saída da Escola João S. Sales, sentido fazenda planalto, passa pelo varjeão, entra sentido assembléia de deus, retorna, sobe até Mineropar, retorna desce sentido amazonas, retorna sentido campinhos até a Escola João S. Sales. Total: 46,240 km TOTAL GERAL DA LINHA DIÁRIO: 138,720 km FABRICADO ENTRE OS ANOS DE 2011 A 2021 - 10 ANOS DE	Nº 02 – PLANALTO II TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULO COM 31 LUGARES PLANALTO IDA MANHÃ: Saída da Escola João S. Sales, sentido fazenda planalto, passa pelo varjeão, entra sentido assembléia de deus, retorna desce sentido amazonas, retorna sentido campinhos até a Escola João S. Sales. Total: 46,240 km PLANALTO VOLTA MANHÃ: Saída da Escola João S. Sales, sentido fazenda planalto, passa pelo varjeão, entra sentido assembléia de deus, retorna, sobe até Mineropar, retorna desce sentido amazonas, retorna sentido campinhos até a Escola João S. Sales. Total: 46,240 km PLANALTO VOLTA TARDE: Saída da Escola João S. Sales, sentido fazenda planalto, passa pelo varjeão, entra sentido assembléia de deus, retorna desce sentido fazenda planalto, passa pelo varjeão, entra sentido assembléia de deus, retorna, sobe até Mineropar, retorna desce sentido amazonas, retorna sentido campinhos até a Escola João S. Sales. Total: 46,240 km TOTAL GERAL DA LINHA DIÁRIO: 138,720 km FABRICADO ENTRE OS ANOS DE 2011 A 2021 - 10 ANOS DE	N° 02 – PLANALTO II TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULO COM 31 LUGARES PLANALTO IDA MANHĀ: Saída da Escola João S. Sales, sentido fazenda planalto, passa pelo varjeão, entra sentido assembléia de deus, retorna, sobe até Mineropar, retorna desce sentido amazonas, retorna sentido campinhos até a Escola João S. Sales. Total: 46,240 km PLANALTO VOLTA MANHĀ: Saída da Escola João S. Sales, sentido fazenda planalto, passa pelo varjeão, entra sentido assembléia de deus, retorna, sobe até Mineropar, retorna desce sentido amazonas, retorna desce sentido campinhos até a Escola João S. Sales. Total: 46,240 km PLANALTO VOLTA TARDE: Saída da Escola João S. Sales, sentido fazenda planalto, passa pelo varjeão, entra sentido assembléia de deus, retorna, sobe até Mineropar, retorna desce sentido araenda planalto, passa pelo varjeão, entra sentido assembléia de deus, retorna, sobe até Mineropar, retorna desce sentido amazonas, retorna desce sentido campinhos até a Escola João S. Sales. Total: 46,240 km TOTAL GERAL DA LINHA DIÁRIO: 138,720 km FABRICADO ENTRE OS ANOS DE 2011 A 2021 - 10 ANOS DE

Referentes ao Objeto do **Pregão nº 54/2021 - PMI**, conforme quantitativo e especificações constantes na proposta de preços e de acordo com as solicitações feitas pela **CONTRATANTE**.



Estado do Paraná

CNPJ nº 77.008.068/0001-41



Departamento de Licitações e Contratos Contrato Administrativo

CLÁUSULA SEGUNDA: Valor Contratual-

Pelo fornecimento do Objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 134.835,84 (Cento e Trinta e Quatro Mil, Oitocentos e Trinta e Cinco Reais e Oitenta e Quatro Centavos), referente aos Lotes constantes da CLÁUSULA PRIMEIRA, § ÚNICO deste Contrato, pelo Menor Preço apresentado.

CLÁUSULA TERCEIRA: Condições de Pagamento-

O pagamento será efetuado à empresa contratada em até 30 (trinta) dias a contar da emissão da Nota Fiscal Eletrônica-NF-e, bem como, da entrega do produto, proporcional a cada solicitação. Para tanto, a Adjudicatária deverá fazer constar na Nota Fiscal Eletrônica-NF-e mensalmente, sendo a mesma emitida sem rasura;

Parágrafo primeiro: A CONTRATANTE disporá de 03 (três) dias para efetuar o atesto, ou rejeitar os documentos de cobrança por erros ou incorreções em seu preenchimento;

Parágrafo segundo: A CONTRATANTE não fará nenhum pagamento à CONTRATADA, antes de paga ou relevada a multa que por ventura lhe tenha sido aplicada.

CLÁUSULA QUARTA: Recurso Financeiro-

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta da Dotação Orçamentária vigente.

Dotações									
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte				
2021	4220	06.009.12.361.0010.2046	103	3.3.90.39.00.00	Do Exercício				
2021	4230	06.009.12.361.0010.2046	104	3.3.90.39.00.00	Do Exercício				
2021	4240	06.009.12.361.0010.2046	118	3.3.90.39.00.00	Do Exercício				
2021	4250	06.009.12.361.0010.2046	121	3.3.90.39.00.00	Do Exercício				

CLÁUSULA QUINTA: Critério de Reajuste-

Os valores decorrentes desta licitação não sofrerão reajustes, salvos por força maior ou interesse público.

CLÁUSULA SEXTA: Prazo e Condições de Execução-

A execução/entrega dos serviços/produtos serão realizadas diretamente em conformidade com o Termo de Referência, com a supervisão da Secretaria Municipal de Educação e/ou Departamento Responsável, pelo prazo máximo de **12 Meses**.

Parágrafo Único: Após solicitação formal da CONTRATANTE, através de emissão de Ordem de Serviço pelo setor de competente da Prefeitura Municipal, o recebimento se efetivará nos seguintes termos:

- a) Provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço/produtos com a especificação;
- b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação pelo setor competente;
- c) O serviço/produto adjudicado deverá ser realizado/entregue em conformidade com o termo de referência do edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: Das Obrigações da CONTRATANTE-

Parágrafo primeiro: A CONTRATANTE obrigar-se-á:



Estado do Paraná

CNPJ nº 77.008.068/0001-41





a) A CONTRATANTE se obriga a proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93;

b) Fiscalizar e acompanhar o recebimento do objeto deste Pregão, em conformidade com a Portaria nº 081 de 02 de fevereiro de 2021;

c) Comunicar a CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas;

d) Providenciar os pagamentos à CONTRATADA à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas nos prazos fixados;

CLÁUSULA OITAVA: Das Obrigações da CONTRATADA-Parágrafo primeiro: A CONTRATADA obrigar-se-á:

a) Executar/entregar as atividades/produtos disposta no objeto da licitação Pregão Nº 054/2021;

b) Executar/ entregar o serviço/produto a que se refere este Pregão, de acordo estritamente com as

especificações descritas no Objeto do mesmo.

c) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento do Objeto desta Licitação, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de sua responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento do fornecimento do Objeto:

d) Reparar, corrigir, remover, substituir, às suas expensas no total ou em parte, o Objeto do Controle em que se

verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;

e) A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial do Contrato;

f) No ato do pagamento, a licitante vencedora deverá apresentar a Certidão Negativa de Débito do INSS e Certificado de Regularidade de Situação do FGTS, com prazo vigente, junto à Tesouraria deste Município, afim de comprovar sua idoneidade.

g) Emitir Nota Fiscal Eletrônica-NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, conforme

Norma de Procedimento Fiscal nº 095/2009.

CLÁUSULA NONA: Sanções Administrativas para o caso de Inadimplemento Contratual-

Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, a Administração poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a) Advertência:

b) Fica estipulado uma multa a empresa CONTRATADA na razão de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor global do Contrato, por dia que exceder os prazos estipulados, bem como multas na forma da Lei e no seu mais alto valor percentual permitido, por faltas de cumprimento de outras cláusulas contratuais, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificado pela empresa CONTRATADA e comprovado pela CONTRATANTE, dentro do prazo estipulado no Contrato;

Parágrafo primeiro: A importância correspondente à multa deverá ser recolhida junto à sede da CONTRATANTE, em 48 (quarenta e oito) horas ou o valor será descontado das faturas a serem pagas. Os motivos de força maior, caso justificados até o 8º (oitavo) dia posterior à ocorrência, poderão, a critério e juízo da

CONTRATANTE, relevar as multas aplicadas;

A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega do produto for devidamente justificado pela CONTRATADA e aceito pela Administração, que fixará novo prazo, este improrrogável para a completa execução das obrigações assumidas;

Parágrafo segundo: Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no Artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA: Da Rescisão-

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no Art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93.



Estado do Paraná

CNPJ nº 77.008.068/0001-41





Parágrafo único: A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE**, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Da Fiscalização-

A fiscalização sobre a execução do contrato do presente licitação será exercido pelo Município de Ibaiti, que designará servidor para acompanhamento do contrato, nos termos do Artigo 67 da Lei nº 8.666/93 e em conformidade com a Portaria nº 081 de 02 de fevereiro de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Legislação Aplicável-

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações nela introduzidas, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente os princípios da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado, Lei n° 10.520/02, Decreto Federal n° 3.555/2000.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Transmissão de Documentos-

A troca eventual de documentos entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, será feita através de protocolo. Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Da Vigência-

O presente Contrato terá vigência de 12 Meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os Dados do Contrato-

Os dados do Contrato são decorrentes do Pregão Nº 054/2021PMI.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Dos Casos Omissos-

Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo pregoeiro ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições da Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Das decisões-

As informações e intimações das decisões e atos administrativos decorrente da contratação, serão realizada através de publicação no Diário Oficial do Município, conforme disposição da Lei Municipal nº 693/2014.

CLAUSULA DECIMA OITAVA: Da Fraude e da Corrupção

Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "Prática Corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "Prática Fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- "Prática Colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;



Estado do Paraná

CNPJ nº 77.008.068/0001-41



Departamento de Licitações e Contratos Contrato Administrativo

- d) "Prática Coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) "Prática Obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma

empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Ao contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contratada em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contrato financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais e cíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Do Foro-

Fica eleito o foro da comarca de Ibaiti (PR), para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato e por estarem assim justos e pactuados, firmam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo arroladas:

Ibaiti. 22 de novembro de 2021.

MUNICÍPIO DE IBAITI/PR.

Antonely de Cassio Alves de Carvalho
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

JOAO PINTO DE MELLO NETO CNPJ nº 35.578.934/0001-90 JOÃO PINTO DE MELLO NETO CONTRATADA

TANIA FATIMA FADEL BUENO Secretária Municipal de Educação GUILHERME CEZÁRIO DE MELO Fiscal do Contrato

ASSESSORIA JURÍDICA

TESTEMUNHAS:	
1)	2)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 35.578.934/0001-90 MATRIZ	COMPROVANTE DE CA	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
IOME EMPRESARIAL JOAO PINTO DE MELLO	NETO				
TTULO DO ESTABELECIMENTO J.P.M.N. TRANSPORTES	NOME DE FANTASIA)			PORTE ME	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVI 49.29-9-01 - Transporte r	DADE ECONÔMICA PRINCIPAL odoviário coletivo de passageir	os, sob regime de fre	tamento, munic	cipal	
49.24-8-00 - Transporte e	IDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS escolar rodoviário coletivo de passageir	os, sob regime de fre	tamento, intern	nunicipal, interestadual e	
código e descrição da NATU 213-5 - Empresário (Indi					
LOGRADOURO SIT PARAIZO - ESTRADA	A PLANALTO	NÚMERO S/Nº	COMPLEMENTO SALA 01		
CEP 84.900-000	BARRO/DISTRITO FAZENDA PLANALTO	MUNICÍPIO IBAITI	2	UF PR	
ENDEREÇO ELETRÔNICO DOCS@AUDPLANCONS	TELEFONE (43) 3547-21	TELEFONE (43) 3547-2113/ (43) 9873-9586			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁV	ÆL (EFR)				
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				ATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 1/11/2019	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTR	RAL				
CITUAÇÃO ESPECIAI				ATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 03/10/2022 às 13:49:20 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

all and



CERTIDÃO Positiva com efeito de negativa 4374/2022

IMPORTANTE:

FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.

CERTIFICAMOS QUE A PRESENTE CERTIDÃO ESTÁ SENDO EXPEDIDA DE FORMA POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA, TENDO EM VISTA A EXISTÊNCIA DE CRÉDITOS NÃO VENCIDOS.

VALIDADE: 01/01/2023 CÓD. AUTENTICAÇÃO: 4HHZ42QEMX44XJCEEQ

REQUERENTE: O MESMO PROTOCOLO:

FINALIDADE: DIVERSOS

RAZÃO SOCIAL: JOAO PINTO DE MELLO NETO

INSCRIÇÃO EMPRESA CNPJ/CPF INSCRIÇÃO ESTADUAL **ALVARÁ** 435286 35.578.934/0001-90 ISENTA 402

ENDEREÇO

SITIO PARAÍZO - ESTRADA PLANALTO - S/Nº, 0 - CASA SÍTIO RURAL - FAZENDA PLANALTO CEP: 84900000 Ibaiti -

ATIVIDADES

Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal, Transporte rodoviário coletivo bassageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional

Observações:

Ibaiti, 03 de Outubro de 2022

Emitido por: WILMA MARIA PEREIRA

Rua Ver. José de Moura Bueno, 23 - Praça dos Três Poderes - 84.900-000 - IBAITI-PR Fone: (43) 3546-7450 - <u>www.ibaiti.pr.gov.br</u> - CNPJ N°77.008.068/0001-41







Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 03/10/2022 13:53:46

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: JOAO PINTO DE MELLO NETO

CNPJ: 35.578.934/0001-90

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: TCU

Cadastro: Licitantes Inidôneos Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: CNJ

Cadastro: CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade

Administrativa e Inelegibilidade Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: Portal da Transparência

Cadastro: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas

Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: Portal da Transparência

Cadastro: CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Voltar

Imprimir





Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

35.578.934/0001-90

Razão

Social:

JOAO PINTO DE MELLO NETO

Endereço:

SIT PARAIZO ESTRADA PLANALTO SN / FAZ PLANALTO / IBAITI / PR /

84900-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/09/2022 a 24/10/2022

Certificação Número: 2022092501543974436515

Informação obtida em 03/10/2022 13:54:51

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JOAO PINTO DE MELLO NETO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 35.578.934/0001-90 Certidão nº: 33248578/2022

Expedição: 03/10/2022, às 13:55:37

Validade: 01/04/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que JOAO PINTO DE MELLO NETO (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 35.578.934/0001-90, NÃO CONSTA como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: JOAO PINTO DE MELLO NETO

CNPJ: 35.578.934/0001-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 08:05:27 do dia 07/07/2022 <hora e data de Brasília>. Válida até 03/01/2023.

Código de controle da certidão: 9C65.D588.9516.7E77 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Município de Ibaiti - 2021

Contratos itens, aditivos



Página:1

Sequência: 2578 Contrato: 000226-1/2021 SIM-AM: 2262021
Inicio vigência Final vigência Inicio execução Final execução Fornecedor

22/11/2021

21/11/2022

22/11/2021

21/11/2022

75258-4 JOAO PINTO DE MELLO NETO

Gestor

Inicio exec.gestor

Tipo de ato: Contrato

Fim exec.gestor

Local 41 DEP Itens:

41 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Licitação

Pregão - 3 000054/2021

Lote	Item	Produto	Solicitação	UN	Quatidade	Valor	Valor Total	Tp Controle
002	001	LINHA N° 02 - PLANALTO II LINHA N° 02 -	334/2021	KM	27744,00	4,86	134.835,84	Q

Aditivos:

Código	Tipo do ato	Apostilamento	Tipo do aditivo	Data do ato	Nova data término	Valor
1	Aditiv o	Não	Valor	01/08/2022	21/11/2022	

TOTAL DO CONTRATO

Valor original do contrato:

134.835,84

(*) Valor atualizado do contrato:

134.835.84

(*) (Valor original + Valor dos aditivos) * Limite admissível (%)

TOTAL GERAL

Valor original do contrato:

134.835,84

(*) Valor atualizado do contrato:

134.835,84

(*) (Valor original + Valor dos aditivos) * Limite admissível (%)

Critérios de seleção:

- Sequência do contrato: 2578
- Imprimir itens
- Imprimir aditivo
- Imprimir itens do aditivo

Município de Ibaiti - 2022 Saldo do contrato

Página:1



THE STATE OF THE S									020:0:00	compra	Saldo	
COLEMAN TO A					Accelerate		Transferido Ata	Ata	Kednisičao ne combra	a combia		
			Aditivo	•	Anniação				Chapter	Valor total	Quantidade	Valor total
	Contrato					Valor total	Quantidade	Valor total	Quantidade			
apabituano	Valor unitário	Valor total	Quantidade	Valor total	Qualitidade	į						
								jul	io da vinência	Início da vinência Fim da vigência Fim da vigência atualizada	m da vigência atu	alizada
				I initaria.	Predão - 3 000054/2021	021						
Sequência: 2578 - Contrato: 226/2021	226/2021			CDE/CND I-	CICITAL ST 578 934/0001-90 Telefone: 4398739586	Telefone	4398739586	22	22/11/2021	21/11/2022		
Códiao: 75258 - 4 Nome: JOAO PINTO DE MELLO NETO	OAO PINTO DE	MELLO NETO				COUNTRY DOWN						
6.500	Office of the second second	THE RESIDENCE OF THE PARTY OF T						9	26 108 3106	126.886.40	1.635,6894	9.487,00
Lote: 002		10 300 101	000	00'0	00'0	0,00	00'0	3		Unidade de medida: KM		Tipo controle: Q
Item: 001 27.744,00	4,86	134,835,64										
Produto: 37232 LINHA Nº 02 - PLANALTO II	ANALTO II				OF DE FOLICACÃO	CÃO						0 407 00
**************************************	CNELIE IENO		Local: 000134	Local: 000134 SECRETARIA N	MUNICIPAL DE EBOS:	2	000	000	26.108.31	126.886,40	1.635,69	9.401,00
Solicitante: 033502 TANIA FAIIMA FADEL BULING	PADEL BULING			000	0.00	0,00	0,00	0,0				0 407 00
27 744 00		134.835,84	0,00	00,0			000	000	26 108 31	126.886,40	1.635,69	9.401,00
Total 27.744,00			000	000	0.00	00'0	0,00	0,00	70.100,0			
27.744.00		134.835,84	0,00	9	- C							
lotal geral												

Critério de seleção:

- Sequência do contrato: 2578

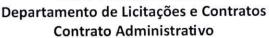
Obs: Este relatório demonstra o valor do contrato, seus aditivos e requisições de compras emitidas. Não demonstra o saldo real executado do contrato, caso tenha req. de compras ainda não empenhadas. Emitido por ROSANGELA TEIXEIRA, na versão 5530 m

Seriora 1501.00



Estado do Paraná

CNPJ nº 77.008.068/0001-41





-1-

CONTRATO Nº 224/2021 Pregão nº 54/2021

O MUNICÍPIO DE IBAITI, pessoa jurídica de direito público, com sede em Ibaiti (PR), sita a Praça dos Três Poderes, 23 CNPJ/MF 77.008.068/0001-41, representada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Antonely de Cassio Alves de Carvalho, brasileiro, inscrita CPF/MF sob nº 023.244.229-05 e portador da Carteira de Identidade RG nº 6.259.277-0 SSP/PR e a empresa EDINEI ROCHA - TURISN inscrita no CNPJ sob o nº 81.078.529/0001-20, inscrição Estadual nº ISENTO, inscrição Municipal nº 37958, com sede localizada na RI ANTONIO DE MOURA BUENO, 0 Casa - CEP: 84900000 - BAIRRO: Centro, na cidade de Ibaiti/PR, neste ato representado por se Representante Legal, Sr(a) EDINEI ROCHA, inscrito no CPF/MF sob nº 654.145.789-15 e portador da Carteira de Identidade RG nº 350085 residente e domiciliado na RUA ANTONIO DE MOURA BUENO, 334 - CEP: 84900000 - BAIRRO: CENTRO, Ibaiti/PR, houveram por bocelebrar o presente Contrato para A presente licitação tem por finalidade a Contratação de Empresa Especializada na Prestação Serviços de Transporte Escolar, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com quantitativos e especificações constantes no Termo de Referência., com prazo máximo de execução/fornecimento de 1 Dias, CONFORI ESPECIFICAÇÕES E DEMAIS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL DE Pregão nº 54/2021, o sujeição às disposições da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, e demais normas aplicáveis, nos termos referentes ao Preg nº 54/2021 - PMI, bem como pelos termos da proposta da CONTRATADA, e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direit obrigações e responsabilidades das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Objeto-

O Objeto do presente Contrato é a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Transporte Escolar, a atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com os quantitativos e especificações constantes Termo de Referência., conforme especificações e demais informações constantes no Termo de Referência do Edital de Pregão nº 54/20. relativos ao objeto do procedimento licitatório, que juntamente com a proposta da CONTRATADA, para todos os fins de direito, obrigando partes em todos os seus termos, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição;

A empresa EDINEI ROCHA - TURISMO, doravante denominada CONTRATADA, se obriga a fornecer/executar os materiais/serviç ao Município de Ibaiti, doravante denominado órgão CONTRATANTE, os seguintes itens:

Lote	Item	Código do produto/s erviço		Unidade de medida	Quantidad e	Preço unitário	Preço tota
LOTE: 006 - Lote 006	1	37592	LINHA Nº 07 FAZENDINHA LINHA Nº 07 - FAZENDINHA TRANSPORTE ESCOLAR - V LINHA Nº 07 FAZENDINHA LINHA Nº 07 - FAZENDINHA TRANSPORTE ESCOLAR - VEÍCULO COM 14 LUGARES IDA MANHÃ: saida praça julio farah, escola patrimonio do café segue até o rio do peixe, retorna, passa pela venda do ita, entra sentido fazenda haroldo regazzo, bairro dos carneiro, vira sentido br na escolinha velha, escola parimonio do café, praça julio farah Total: 35,330 km	КМ	21.200,00	4,10	86.920,00



Estado do Paraná

CNPJ nº 77.008.068/0001-41



Departamento de Licitações e Contratos Contrato Administrativo

VOLTA MANHÃ: saida escola patrimonio do café segue até o rio do peixe, retorna, passa pela venda do ita, entra sentido fazenda haroldo regazzo, bairro dos carneiro, vira sentido br na escolinha velha, escola parimonio do café, praça julio farah.		
Total: 35,330 km		
VOLTA TARDE: saida praça julio farah, escola patrimonio do café segue até o rio do peixe, retorna, passa pela venda do ita, entra sentido fazenda haroldo regazzo, bairro dos carneiro, vira sentido br na escolinha velha, escola parimonio do café		
Total: 35,330 km		
TOTAL DIARIO DA LINHA: 106,00 KM		
FABRICADO ENTRE OS ANOS DE 2013 A 2021 - 08 ANOS DE FABRICAÇÃO		

Referentes ao Objeto do **Pregão nº 54/2021 - PMI**, conforme quantitativo e especificações constantes na proposta de preços e de acordo o as solicitações feitas pela **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA: Valor Contratual-

Pelo fornecimento do Objeto ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 86.920,00 (Oitenta e Seis Novecentos e Vinte Reais), referente aos Lotes constantes da CLÁUSULA PRIMEIRA, § ÚNICO deste Contrato, pelo Menor Pre apresentado.

CLÁUSULA TERCEIRA: Condições de Pagamento-

O pagamento será efetuado à empresa contratada em até 30 (trinta) dias a contar da emissão da Nota Fisi Eletrônica-NF-e, bem como, da entrega do produto, proporcional a cada solicitação. Para tanto, a Adjudicatá deverá fazer constar na Nota Fiscal Eletrônica-NF-e mensalmente, sendo a mesma emitida sem rasura;

Parágrafo primeiro: A CONTRATANTE disporá de 03 (três) dias para efetuar o atesto, ou rejeitar os documentos cobrança por erros ou incorreções em seu preenchimento;

Parágrafo segundo: A CONTRATANTE não fará nenhum pagamento à CONTRATADA, antes de paga ou relevada multa que por ventura lhe tenha sido aplicada.



Estado do Paraná

CNPJ nº 77.008.068/0001-41



Departamento de Licitações e Contratos Contrato Administrativo

CLÁUSULA QUARTA: Recurso Financeiro-

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta da Dotação Orçamentária vigente.

		Do	tações		
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2021	4220	06.009.12.361.0010.2046	103	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2021	4230	06.009.12.361.0010.2046	104	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2021	4240	06.009.12.361.0010.2046	118	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2021	4250	06.009.12.361.0010.2046	121	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

CLÁUSULA QUINTA: Critério de Reajuste-

Os valores decorrentes desta licitação não sofrerão reajustes, salvos por força maior ou interesse público.

CLÁUSULA SEXTA: Prazo e Condições de Execução-

A execução/entrega dos serviços/produtos serão realizadas diretamente em conformidade com o Termo Referência, com a supervisão da Secretaria Municipal de Educação e/ou Departamento Responsável, pelo pra máximo de **12 Meses**.

Parágrafo Único: Após solicitação formal da CONTRATANTE, através de emissão de Ordem de Serviço pelo setor competente da Prefeitura Municipal, o recebimento se efetivará nos seguintes termos:

- a) Provisoriamente para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço/produtos com a especificação
- b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação pelo set competente;
- c) O serviço/produto adjudicado deverá ser realizado/entregue em conformidade com o termo de referência edital.

CLÁUSULA SÉTIMA: Das Obrigações da CONTRATANTE-

Parágrafo primeiro: A CONTRATANTE obrigar-se-á:

- a) A **CONTRATANTE** se obriga a proporcionar à **CONTRATADA** todas as condições necessárias ao pleno cumprimer das obrigações decorrentes do presente licitação, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93;
- b) Fiscalizar e acompanhar o recebimento do objeto deste **Pregão**, em conformidade com a Portaria nº 081 de de fevereiro de 2021;
- c) Comunicar a **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do Contrato, diligencian nos casos que exigem providências corretivas;
- d) Providenciar os pagamentos à **CONTRATADA** à vista das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas nos praz fixados;

CLÁUSULA OITAVA: Das Obrigações da CONTRATADA-

Parágrafo primeiro: A CONTRATADA obrigar-se-á:

a) Executar/entregar as atividades/produtos disposta no objeto da licitação Pregão № 054/2021;



Estado do Paraná

CNPJ nº 77.008.068/0001-41



Departamento de Licitações e Contratos Contrato Administrativo

- b) Executar/ entregar o serviço/produto a que se refere este **Pregão**, de acordo estritamente com as especificaçã descritas no Objeto do mesmo.
- c) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa dolo, quando do fornecimento do Objeto desta Licitação, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de s responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento do fornecimento Objeto;
- d) Reparar, corrigir, remover, substituir, às suas expensas no total ou em parte, o Objeto do Controle em que verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- e) A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial do Contrato;
- f) No ato do pagamento, a licitante vencedora deverá apresentar a Certidão Negativa de Débito do INSS Certificado de Regularidade de Situação do FGTS, com prazo vigente, junto à Tesouraria deste Município, afim comprovar sua idoneidade.
- g) Emitir Nota Fiscal Eletrônica-NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, conforme Norr de Procedimento Fiscal n° 095/2009.

CLÁUSULA NONA: Sanções Administrativas para o caso de Inadimplemento Contratual-

Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, a Administração pode aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Fica estipulado uma multa a empresa **CONTRATADA** na razão de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o val global do Contrato, por dia que exceder os prazos estipulados, bem como multas na forma da Lei e no seu mais a valor percentual permitido, por faltas de cumprimento de outras cláusulas contratuais, salvo motivo de força mai ou caso fortuito, devidamente justificado pela empresa **CONTRATADA** e comprovado pela **CONTRATANTE**, dent do prazo estipulado no Contrato;

Parágrafo primeiro: A importância correspondente à multa deverá ser recolhida junto à sede da CONTRATANTE, € 48 (quarenta e oito) horas ou o valor será descontado das faturas a serem pagas. Os motivos de força maior, ca justificados até o 8º (oitavo) dia posterior à ocorrência, poderão, a critério e juízo da CONTRATANTE, relevar multas aplicadas;

A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso entrega do produto for devidamente justificado pela **CONTRATADA** e aceito pela Administração, que fixará no prazo, este improrrogável para a completa execução das obrigações assumidas;

Parágrafo segundo: Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta pelo prazo de até 5 (cinc anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que pratic quaisquer atos previstos no Artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e posteriores alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA: Da Rescisão-

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no Art. 78 e seguintes Lei nº 8.666/93.

Parágrafo único: A **CONTRATADA** reconhece os direitos da **CONTRATANTE**, em caso de rescisão administrati prevista no Art. 77, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Da Fiscalização-



Estado do Paraná

CNPJ nº 77.008.068/0001-41





A fiscalização sobre a execução do contrato do presente licitação será exercido pelo Município de Ibaiti, q designará servidor para acompanhamento do contrato, nos termos do Artigo 67 da Lei nº 8.666/93 e € conformidade com a Portaria nº 081 de 02 de fevereiro de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Legislação Aplicável-

O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 199 com alterações nela introduzidas, e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe supletivamente os princípi da teoria geral dos Contratos e as disposições de direito privado, Lei nº 10.520/02, Decreto Federal nº 3.555/2000

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Transmissão de Documentos-

A troca eventual de documentos entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, será feita através de protoco Nenhuma outra forma será considerada como prova de entrega de documentos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Da Vigência-

O presente Contrato terá vigência de 12 Meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os Dados do Contrato-

Os dados do Contrato são decorrentes do Pregão № 054/2021PMI.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Dos Casos Omissos-

Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo pregoeiro ou autoridade competente, observados preceitos de direito público e as disposições da Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Das decisões-

As informações e intimações das decisões e atos administrativos decorrente da contratação, serão realizada atrav de publicação no Diário Oficial do Município, conforme disposição da Lei Municipal nº 693/2014.

CLAUSULA DECIMA OITAVA: Da Fraude e da Corrupção

Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, contratação e de execução do objeto contratual.

Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "Prática Corrupta": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "Prática Fraudulenta": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitação ou de execução de contrato;
- c) "Prática Colusiva": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níve artificiais e não-competitivos;
- d) "Prática Coercitiva": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou s propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução contrato.
- e) "Prática Obstrutiva": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declaraçõ falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente



Estado do Paraná

CNPJ nº 77.008.068/0001-41



Departamento de Licitações e Contratos Contrato Administrativo

apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamer ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma

empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empres diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutiva o participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deve concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, porganismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo finance e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Ao contratante, garantida a prévia defesa, aplicará as sanções administrativas pertinentes, previstas na Lei nº 8.66 de 21 de junho de 1993, se comprovar o envolvimento de representante da empresa ou da pessoa física contrata em práticas corruptas, fraudulentas, conluiadas ou coercitivas, no decorrer da licitação ou na execução do contra financiado por organismo financeiro multilateral, sem prejuízo das demais medidas administrativas, criminais cíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Do Foro-

Fica eleito o foro da comarca de Ibaiti (PR), para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato e pestarem assim justos e pactuados, firmam o presente Contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma na presen de 02 (duas) testemunhas abaixo arroladas:

Ibaiti, 22 de novembro de 202

MUNICÍPIO DE IBAITI/PR.

Antonely de Cassio Alves de Carvalho
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

EDINEI ROCHA - TURISMO CNPJ n° 81.078.529/0001-20 EDINEI ROCHA CONTRATADA

TANIA FATIMA FADEL BUENO Secretária Municipal de Educação

GUILHERME CEZÁRIO DE MELO Fiscal do Contrato

ASSESSORIA JURÍDICA

TESTEMUNHAS:	
1)	2)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 81.078.529/0001-20 MATRIZ	COMPROVANTE DE I	INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO ADASTRAL	28/11/1988
NOME EMPRESARIAL EDINEI ROCHA - TURISMO	0		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (N	IOME DE FANTASIA)		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDA 49.29-9-01 - Transporte ro	ADE ECONÔMICA PRINCIPAL Dodoviário coletivo de passageir	os, sob regime de fretamento, munic	ipal
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIMI Não informada	DADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUR 213-5 - Empresário (Indivi			
LOGRADOURO R ANTONIO DE MOURA E	BUENO	NÚMERO COMPLEMENTO ********	
	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO IBAITI	UF PR
ENDEREÇO ELETRÓNICO assecon@bol.com.br		TELEFONE (43) 3546-1244	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVE	EL (EFR)		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA			ATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 3/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRA	X.		
SITUAÇÃO ESPECIAL ********			ATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL ******

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 03/10/2022 às 14:02:18 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

9.1



CERTIDÃO Positiva com efeito de negativa 4373/2022

IMPORTANTE:

FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.

CERTIFICAMOS QUE A PRESENTE CERTIDÃO ESTÁ SENDO EXPEDIDA DE FORMA POSITIVA COM EFEITO DE EGATIVA, TENDO EM VISTA A EXISTÊNCIA DE CRÉDITOS NÃO VENCIDOS.

VALIDADE: 01/01/2023

CÓD. AUTENTICAÇÃO: 4HHZ42QEMX44XJCQS2

REQUERENTE: O MESMO

PROTOCOLO:

FINALIDADE: DIVERSOS

RAZÃO SOCIAL: EDINEI ROCHA - TURISMO

INSCRIÇÃO EMPRESA CNPJ/CPF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

ALVARÁ

37958

81.078.529/0001-20

ISENTO

216

ENDEREÇO

RUA ANTONIO DE MOURA BUENO, 0 - Casa - CENTRO CEP: 84900000 Ibaiti - PR

ATIVIDADES

ransporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal

Observações:

Ibaiti, 03 de Outubro de 2022

Emitido por: WILMA MARIA PEREIRA

Rua Ver. José de Moura Bueno, 23 - Praça dos Três Poderes - 84,900-000 - IBAITI-PR Fone: (43) 3546-7450 - www.ibaiti.pr.gov.br - CNPJ N°77.008.068/0001-41





TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 03/10/2022 14:03:04

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: EDINEI ROCHA - TURISMO

CNPJ: 81.078.529/0001-20

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: TCU

Cadastro: **Licitantes Inidôneos** Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: CNJ

Cadastro: CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade

Administrativa e Inelegibilidade Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Órgão Gestor: Portal da Transparência

Cadastro: Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas

Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Orgão Gestor: Portal da Transparência

Cadastro: CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas

Resultado da consulta: Nada Consta

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique AQUI.

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: Razão 81.078.529/0001-20

Razão Social:

EDINEI ROCHA ME

Endereço:

RUA ANTONIO DE MOURA BUENO 1101 / CENTRO / IBAITI / PR /

86590-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 22/09/2022 a 21/10/2022

Certificação Número: 2022092202461571768478

Informação obtida em 03/10/2022 14:06:23

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EDINEI ROCHA - TURISMO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 81.078.529/0001-20 Certidão n°: 33253184/2022

Expedição: 03/10/2022, às 14:07:13

Validade: 01/04/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que **EDINEI ROCHA - TURISMO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o n° **81.078.529/0001-20**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: EDINEI ROCHA - TURISMO

CNPJ: 81.078.529/0001-20

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

- não constam pendências relativas aos débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB); e
- 2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 Código Tributário Nacional (CTN), ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 08:29:38 do dia 06/04/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/10/2022.

Código de controle da certidão: 574A.2E56.5D98.ABA8 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Município de Ibaiti - 2021

Contratos itens, aditivos



Página:1

Sequência: 2576

Contrato: 000224-1/2021

SIM-AM: 2242021

Tipo de ato: Contrato

Inicio vigência Final vigência Inicio execução Final execução Fornecedor 22/11/2021 Gestor

21/11/2022

22/11/2021

21/11/2022

29563-9 EDINEI ROCHA - TURISMO

Inicio exec.gestor

Fim exec.gestor

Local Itens:

41 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Licitação

Pregão - 3 000054/2021

Lote	Item	Produto	Solicitação	UN	Quatidade	Valor	Valor Total	Tp Controle
006	001	LINHA N° 07 FAZENDINHA LINHA N° 07 –	334/2021	KM	21200,00	4,10	86.920,00	Q
Aditivo	s:			16-10-1		~		

Código	Tipo do ato	Apostilamento	Tipo do aditivo	Data do ato	Nova data término	Valor
1	Aditiv o	Não	Valor	01/08/2022	21/11/2022	

TOTAL DO CONTRATO

Valor original do contrato:

86.920,00

(*) Valor atualizado do contrato:

86.920,00

(*) (Valor original + Valor dos aditivos) * Limite admissível (%)

TOTAL GERAL

Valor original do contrato:

86.920,00

(*) Valor atualizado do contrato:

86.920,00

(*) (Valor original + Valor dos aditivos) * Limite admissível (%)

Critérios de seleção:

- Sequência do contrato: 2576
- Imprimir itens
- Imprimir aditiv o
- Imprimir itens do aditivo

Município de Ibaiti - 2022 Saldo do contrato

Página:1



ARREST .											Coldo	
Equeleno			Adition		Anulacão		Transferido Ata		Requisição de compra	e compra	Saluo	
	Contrato		Adillyo		S. C.			Total Control	Oppositor	Valor total	Quantidade	Valor total
Quantidade	Valor unitário	Valor total	Quantidade	Valor total	Quantidade	Valor total	Quantidade	Valor total	Qualityada			
		_						- Cirl	in da vinância	Fim da vidência F	Fim da vigência atualizada الماع منمؤمان مام الماع ال	ıalizada
5 2576 Contrato: 224/2021	10. 224/2021			Licitação: I	Licitação: Pregão - 3 000054/2021	4/2021			lo da vigencia		•	
Sequencia: 2576 - Company Edition - TURISMO	EDINE ROCHA	TURISMO		CPF/CNPJ:	CPF/CNPJ: 81.078.529/0001-20 Telefone: 4335461244	20 Telefon	e: 4335461244	727	22/11/2021	21/11/2022		
Codigo: 29563 - 9 Notifie.						CHECK STRUCK						
Lote: 006	·,	00 000 86	00 0	0.00	00'0	00'0	00'0	00'0	20.294,199	83.206,22	905,801	4.148.57
Item: 001 21.200,00 4,10 00.323,00 1.00 0.323,00 1.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0	AZENDINHA LINHA	Nº 07 - FAZEND	INHA TRANSPORTE	ESCOLAR - V						Unidade de medida: KM		iipo controle.
Producto. S/392 Elimination			Local: 000134	SECRETARIA N	1 ocal: 000134 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	CAÇÃO						11 017
Solicitante: 033502 TANIA FATIMA FADEL BUENO	MA FADEL BUENO		1000			000	00.0	0.00	20.294,20	83.206,22	905,80	4.148,57
71 200 00		86.920,00	00'0	0,00	0,00	6,0	20,0				20.700	A 449 E7
lotal					000	00.0	0.00	00'0	20.294,20	83.206,22	905,80	4.140,01
Total geral 21.200,00		86.920,00	00'0	0,00	00,0	2,6						
300												

Critério de seleção:

- Sequência do contrato: 2576

Obs: Este relatório demonstra o valor do contrato, seus aditivos e requisições de compras emitidas. Não demonstra o saldo real executado do contrato, caso tenha req. de compras ainda não empenhadas. Emitido por: ROSANGELA TEIXEIRA, na versão: 5530 m

ONICS ON THE





MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2022 | EDIÇÃO № 2220 | IBAITI, QUINTA-FEIRA, 01 DE SETEMBRO DE 2022

PÁGINA 12

insumo das planilhas de transporte escolar e urbano, ou seja "óleo diesel", fora da oscilação costumeiramente vista, daria ensejo ao pleito, situação demonstrada no caso em tela;

CONSIDERANDO que os fatos apontados e os documentos juntados pelo requerente e dos pareceres técnico, contábil e juridico, atendem aos critérios de superveniência e imprevisibilidade que possibilitaria o direito ao reequilíbrio pleiteado:

CONSIDERANDO a existência de dotação orçamentária para atender o acréscimo sob análise e

CONSIDERANDO o parecer jurídico anexado e esta decisão pugnando pela possibilidade legal da concessão, inclusive com verificação que o preço após reequilíbrio não irá ultrapassar o preço praticado no mercado, DECIDIMOS PELO DEFERIMENTO ao pleito de reequilíbrio econômico financeiro formulado pelos prestadores de serviços conforme quadro abaixo:

CONTRATADO	PREGÃO	N.º CONTRATO	DATA		TO KM		VALOR TOTAL DO CONTRATO	REAL	TO KM NHADO 8.2022		CONTRATO EALINHADO	, ceresta	OR ADITIVO	PERC. %
EDINEI ROCHA TURISMO	054/2021	224/21	22/11/2021	R\$	4,1000	R\$	86.920,00	R\$	4,58	R\$	97.096,00	R\$	10.176,00	10,48%
EDINEI ROCHA TURISMO	027/2022	120/22	20/05/2022	R\$	4,2300	R\$	118.135,44	R\$	4,31	R\$	120.369,68	R\$	2.234,24	1,86%
EVERSON COSTA TRANSPORTE - EIRELI	007/2022	074/22	21/03/2022	R\$	3,8046	R\$	116.534,90	R\$	4,22	R\$	129.258,60	R\$	12.723,70	9,84%
EZEQUIEL DE SOUZA BAR	054/2021	225/21	22/11/2021	R\$	4,5700	R\$	110.063,88	R\$	5,07	R\$	122.105,88	R\$	12.042,00	9,86%
J.A. SHELEIDRES TRANSPORTE LTDA	072/2021	025/22	04/02/2022	R\$	5,5100	R\$	156.077,36	R\$	6,32	R\$	179.021,58	R\$	22.944,22	12,82%
J.A. SHELEIDRES TRANSPORTE LTDA	072/2021	025/22	04/02/2022	R\$	5,6300	R\$	141.876,00	R\$	6,37	R\$	160.524,00	R\$	18.648,00	11,62%
J.A. SHELEIDRES TRANSPORTE LTDA	072/2021	025/22	04/02/2022	R\$	5,6800	R\$	120.416,00	R\$	6,33	R\$	134.196,00	R\$	13.780,00	10,27%
J.A. SHELEIDRES TRANSPORTE LTDA	072/2021	025/22	04/02/2022	R\$	5,5416	R\$	246.628,91	R\$	6,26	R\$	278.601,30	R\$	31.972,39	11,48%
J.A. SHELEIDRES TRANSPORTE LTDA	027/2022	111/22	03/05/2022	R\$	6,1200	R\$	146.219,04	R\$	6,24	R\$	149.086,08	R\$	2.867,04	1,92%
J.A. SHELEIDRES TRANSPORTE LTDA	027/2022	111/22	03/05/2022	R\$	5,6800	R\$	138.819,20	R\$	5,80	R\$	141.752,00	R\$	2.932,80	2,07%
J.A. SHELEIDRES TRANSPORTE LTDA	027/2022	111/22	03/05/2022	R\$	4,3900	R\$	219.096,12	R\$	5,05	R\$	252.035,40	R\$	32.939,28	13,07%
J.A. SHELEIDRES TRANSPORTE LTDA	072/2021	025/22	04/02/2022	R\$	3,8400	R\$	92.782,08	R\$	4,24	R\$	102.446,88	R\$	9.664,80	9,43%
J.A. SHELEIDRES TRANSPORTE LTDA	012/2022	090/22	01/04/2022	R\$	5,9100	R\$	214.196,13	R\$	6,88	R\$	249.351,84	R\$	35.155,71	14,10%
JOAO PINTO DE MELLO NETO	054/2021	226/21	22/11/2021	R\$	4,8600	R\$	134.835,84	R\$	5,80	R\$	160.915,20	R\$	26.079,36	16,21%
JOAO PINTO DE MELLO NETO	007/2022	073/22	21/03/2022	R\$	3,9600	R\$	113.413,61	R\$	4,38	R\$	125.442,32	R\$	12.028,72	9,59%
LEANDRO DOS SANTOS SOUZA - ME	007/2022	075/22	21/03/2022	R\$	4,4911	R\$	105.127,67	R\$	4,90	R\$	114.699,20	R\$	9.571,53	8,34%
LIANE APARECIDA S. SOUZA	007/2022	070/22	21/03/2022	R\$	3,8688	R\$	115.638,43	R\$	4,28	R\$	127.929,20	R\$	12.290,77	9,61%
SUELI DA CUNHA	007/2022	068/22	21/03/2022	R\$	5,1600	R\$	97.296,96	R\$	5,59	R\$	105.405,04	R\$	8.108,08	7,69%
SUELI DA CUNHA	007/2022	068/22	21/03/2022	R\$	3,5800	R\$	121.075,60	R\$	4,02	R\$	135.956,40	R\$	14.880,80	10,95%
SUELI DA CUNHA - TRANSPORTES	007/2022	068/22	21/03/2022	R\$	5,0500	R\$	175.033,00	R\$	5,79	R\$	200.681,40	R\$	25.648,40	12,78%
ZANILSON MESES DA SILVA - ME	007/2022	071/22	21/03/2022	R\$	3,7883	R\$	116.906,94	R\$	4,53	R\$	139.795,80	R\$	22.888,86	16,37%
ESINHO VISSOTO	044/2021	202/21	29/09/2021	R\$	4,8100	R\$	108.590,56	R\$	5,71	R\$	128.908,96	R\$	20.318,40	15,76%
ZESINHO VISSOTO	007/2022	072/22	21/03/2022	R\$	4,1000	R\$	110.044,00	R\$	4,53	R\$	121.585,20	R\$	11.541,20	9,49%
ZESINHO VISSOTO	007/2022	073/22	21/03/2022	R\$	3,6800	R\$	118.459,20	R\$	4,12	R\$	132.622,80	R\$	14.163,60	10,68%
TOTAL GERAL						R\$	3.409.802,09			R\$	3.825.160,37	R\$	415.358,28	

Que seja cientificada as empresas requerentes deste despacho/decisão, bem como que seja encaminhado o processo administrativo para que o setor competente providencie o TERMO ADITIVO e demais documentos inerentes.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 30 de agosto de 2022.

ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO Prefeito Municipal





MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

EDIÇÃO № 2032 | IBAITI, SEGUNDA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2021

PÁGINA 19

MUNICÍPIO DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 224/2021 Pregão EDITAL Nº 54/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBAITI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 77.008.068/0001-41, com sede na Praça dos Três Poderes, nº 23, centro, CEP 84.900-000, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antonely de Cássio Alves de Carvalho. CONTRATADA: EDINEI ROCHA - TURISMO, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 81.078.529/0001-20, com sede na RUA ANTONIO DE MOURA BUENO, 0 Casa - CEP: 84900000 - BAIRRO: Centro, Município de Ibaiti/PR, representada pelo Sr(a) EDINEI ROCHA, brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade RG nº 35008535 e inscrito(a) no CPF sob o nº 654.145.789-15.

OBJETO DO CONTRATO: A presente licitação tem por finalidade a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Transporte Escolar, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no Termo de Referência.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 86.920,00 (Oitenta e Seis Mil, Novecentos e Vinte Reais).

ITENS DO CONTRATO: LOTE 06 = ITEM 01.

SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: 365 dias Ou 12 Meses FORO: Comarca de Ibaiti/Pr. Ibaiti/Pr., vinte e dois dias de novembro de 2021. MUNICÍPIO DE IBAITI/PR Antonely de Cássio Alves de Carvalho Prefeito Municipal CONTRATANTE **EDINEI ROCHA - TURISMO** CNPJ nº 81.078.529/0001-20 **EDINEI ROCHA** CONTRATADA

DIRETOR DO DEPARTAMENTO RODOVIÁRIO

GUILHERME CEZÁRIO DE MELO





MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2022 | EDIÇÃO № 2220 |

IBAITI, QUINTA-FEIRA, 01 DE SETEMBRO DE 2022

PÁGINA 16

MUNICÍPIO DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.224/21 e 120/22

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 224/21 e 120/22, CELEBRADO PELOMUNI-CÍPIO DE IBAITI – E A EMPRESA EDINEI ROCHA - TURISMO – ME, QUE TEM POR OBJETO O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO.

CONTRATADO	PREGÃO	N.º CONTRATO	DATA CONTRATO	LINHA Nº	LINHA - ROTA - PERCURSO	TOTAL KM	CUSTO KM	VALOR TOTAL DO CONTRATO
DINEI ROCHA TURISMO	054/2021	224/21	22/11/2021	7	FAZENDINHA	21.200,00	R\$ 4,1000	R\$ 86.920,00
EDINEI ROCHA TURISMO	027/2022	120/22	20/05/2022	9	FAZENDA FUNDÃO	27.928,00	R\$ 4,2300	R\$ 118.135,44

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBAITI – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de Direito Público, CNPJ/MF sob n. 77.008.068/0001-41, com sede administrativa na Praça dos Três Poderes, n. 23, Ibaiti – Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal - ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO, brasileiro, casado, médico, portador da CI-RG n. 6.259.277-0 (SSP- PR0, e do CPF-MF sob n. 023.244.229-05, residente e domiciliado na Rua Arthur Sampaio, n. 140, Centro, Ibaiti – Paraná,

CONTRATADA:

FDINFI	ROCHA .	- TURISMO -	MF -	CNP.I -	81	078	529/0001-20

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO

R ANTONIO DE MOURA BUENO

NÚMERO 334 COMPLEMENTO

CEP 84.900-000 BAIRRO/DISTRITO

CENTRO

MUNICÍPIO IBAITI UF PR

Os CONTRATANTES acima qualificados, em comum acordo, tem entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao Contrato nº 224/21 e 120/22, referente ao Processo Licitatório – Pregão Presencial nº 054/21 e 027/22, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, demais normas regulamentares que regem a espécie, e às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O presente termo aditivo tem como objeto o reequilíbrio econômico-financeiro.
- 1.2. O presente aditamento integrará o contrato para todos os fins e efeitos de direito.





MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL № 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL № 137/2011

ANO 2022 | EDIÇÃO № 2220 | IBAITI, QUINTA-FEIRA, 01 DE SETEMBRO DE 2022 | PÁGINA 17 CLÁUSULA SEGUNDA – DO REEQUILÍBRIO

2.1. O valor global dos contratos, após reequilibrados corresponde à importância de R\$ 217.465,68, o ora reequilíbrio econômico financeiro corresponde ao valor de R\$ 12.410,24, , correspondente a percentual de 12,34%, conforme quadro abaixo:

CONTRATADO	nnraïa.	N.º	DATA	LINHA		TOTAL KM	CUSTO KM		VALOR		то км	CONTRATO	VA	LORADITIVO	
CONTRATADO	PREGÃO	CONTRATO	CONTRATO	Νō	LINHA - ROTA - PERCURSO	ANUAL	CONTRATADO		TOTAL DO CONTRATO	33,411,114	INHADO 08.2022	REALINHADO	REA	LINHAMENTO	PERC.%
EDINEI ROCHA TURISMO	054/2021	224/21	22/11/2021	7	FAZENDINHA	21.200,00	R\$ 4,1000	R\$	86.920,00	R\$	4,58	R\$ 97.096,00	R\$	10.176,00	10,48%
EDINEI ROCHA TURISMO	027/2022	120/22	20/05/2022	9	FAZENDA FUNDÃO	27.928,00	R\$ 4,2300	R\$	118.135,44	R\$	4,31	R\$ 120.369,68	R\$	2.234,24	1,86%
)TAL GERAL								R\$	205.055,44			R\$ 217.465,68	R\$	12.410,24	12,34%

2.2. O Custo do Quilometro rodado para a ser o seguinte:

LINHA	LINHA - ROTA - PERCURSO	custo км	CUSTO KM REALINHADO
Nº		CONTRATADO	01.08.2022
7	FAZENDINHA	R\$ 4,10	R\$ 4,58
9	FAZENDA FUNDÃO	R\$ 4,23	R\$ 4,31

2.3 - Os efeitos financeiros decorrentes deste reequilíbrio vigoram a partir do dia 01.08.2022.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA DESPESA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas com este termo aditivo correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria Municipal de Educação:

DOTAÇÕES:

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade 009: TRANSPORTE ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 12.361.0010.2-046 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.0.00.00.00.00 DESPESAS CORRENTES

.3.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

3.3.90.30.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO

04520 000 0 / 1 / 7 / 0 / 0 Recursos Ordinários (Livres)

04530 103 103 / 1 / 1 / 0 / 0 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

04540 104 104 / 1 / 1 / 0 / 0 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

04550 121 1013 / 9 / 1 / 5 / 18 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais

04560 149 1043 / 9 / 1 / 6 / 0 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)

CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO

4.1. O presente termo aditivo encontra amparo legal no artigo 65, inciso II, "d" da Lei n.º 8.666/93.





MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2022 | EDIÇÃO № 2220 | IBAITI, QUINTA-FEIRA, 01 DE SETEMBRO DE 2022

PÁGINA 18

4.2. O presente aditivo fundamenta-se também nas informações, despachos e autorizações contidas no processo administrativo licitatório – Pregão Eletrônico Nº 054/21 e 027/22, Contrato Administrativo nº 224/21 E 120/22, Requerimento de Reequilíbrio econômico financeiro - PAD Nº 22638/22 e Outros , Parecer Técnico, Parecer Contábil, Parecer Jurídico e autorização do Executivo para formalização deste aditivo, os quais passam a fazer parte deste aditamento como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

ratificadas 5 1 Ficam as demais cláusulas condições estabelecidas Contrato inicial firmado mencionando entre as partes. preâmbulo deste aditivo. não que conflitantes com o presente termo, ora celebrado.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito e produza os efeitos legais precisos, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos epresentantes das partes, CONTRATANTE E CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Ibaiti (PR), 31 de agosto de 2022.

MUNICIPIO DE IBAITI – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de Direito Público, CNPJ/MF sob n. 77.008.068/0001-41, com sede administrativa na Praça dos Três Poderes, n. 23, Ibaiti – Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal - ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO, brasileiro, casado, médico, portador da CI-RG n. 6.259.277-0 (SSP- PR0, e do CPF-MF sob n. 023.244.229-05, residente e domiciliado na Rua Arthur Sampaio, n. 140, Centro, Ibaiti – Paraná,

EDINEI ROCHA - TURISMO - ME CNPJ - 81.078.529/0001-20

Testemunhas:

FERNANDO LOPES DE SIQUEIRA RG nº 9.187.331-1/SSP-PR - CPF nº 050.143.969-25

ROSÂNGELA TEIXEIRA RG nº 4.989.267-5/SSP-PR - CPF nº 710.877.379-15





MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2021 | EDIÇÃO № 2032 | IBAITI, SEGUNDA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2021

PÁGINA 21

MUNICÍPIO DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 226/2021 Pregão EDITAL Nº 54/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBAITI, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 77.008.068/0001-41, com sede na Praça dos Três Poderes, nº 23, centro, CEP 84.900-000, representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antonely de Cássio Alves de Carvalho. CONTRATADA: JOAO PINTO DE MELLO NETO, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 35.578.934/0001-90, com sede na SITIO PARAÍZO - ESTRADA PLANALTO - S/Nº, 0 CASA SÍTIO RURAL - CEP: 84900000 - BAIRRO: FAZENDA PLANALTO, Município de Ibaiti/PR, representada pelo Sr(a) JOÃO PINTO DE MELLO NETO, brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade RG nº 7.797.894-1 - S e inscrito(a) no CPF sob o nº 046.302.109-62.

OBJETO DO CONTRATO: A presente licitação tem por finalidade a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Transporte Escolar, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no Termo de Referência.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 134.835,84 (Cento e Trinta e Quatro Mil, Oitocentos e Trinta e Cinco Reais e Oitenta e Quatro Centavos).

ITENS DO CONTRATO: LOTE 07 - ITEM 01.

SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

VIGÊNCIA: 365 dias Ou 12 Meses FORO: Comarca de Ibaiti/Pr.

Ibaiti/Pr., vinte e dois dias de novembro de 2021.

MUNICÍPIO DE IBAITI/PR

Antonely de Cássio Alves de Carvalho

Prefeito Municipal CONTRATANTE

JOAO PINTO DE MELLO NETO

CNPJ n° 35.578.934/0001-90 JOÃO PINTO DE MELLO NETO

CONTRATADA

GUILHERME CEZÁRIO DE MELO

Fiscal do Contrato





MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2022 | EDIÇÃO № 2220 | IBAITI, QUINTA-FEIRA, 01 DE SETEMBRO DE 2022

PÁGINA 31

MUNICÍPIO DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.226/21 e 073/22.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 226/21 e 078/22 CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE IBAITI – E A EMPRESA JOAO PINTO DE MELLO NETO – ME, QUE TEMPOR OBJETO O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO.

CONTRATADO	PREGÃO	N.º	DATA	LINHA	LINHA - ROTA - PERCURSO	TOTAL KM	CUSTO KM		VALOR TOTAL DO
ACCESSATION TO THE PARTY OF THE		CONTRATO	CONTRATO	Nº		ANUAL	CONTRATADO	(CONTRATO
OAO PINTO DE MELLO NETO	054/2021	226/21	22/11/2021	2	PLANALTO - II	27.744,00	R\$ 4,8600	R\$	134.835,84
JOAO PINTO DE MELLO NETO	007/2022	073/22	21/03/2022	17	VASSOURAL / CHOQUINHO	28.639,80	R\$ 3,9600	R\$	113.413,61
)TAL GERAL							=	R\$	248.249,45

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBAITI – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de Direito Público, CNPJ/MF sob n. 77.008.068/0001-41, com sede administrativa na Praça dos Três Poderes, n. 23, Ibaiti – Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal - ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO, brasileiro, casado, médico, portador da CI-RG n. 6.259.277-0 (SSP- PR0, e do CPF-MF sob n. 023.244.229-05, residente e domiciliado na Rua Arthur Sampaio, n. 140, Centro, Ibaiti – Paraná,

CONTRATADA:

JOAO PINTO DE MELLO NETO - ME - CNPJ - 35.578.934/0001-90

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

J.P.M.N. TRANSPORTES

PORTE ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

49.24-8-00 - Transporte escolar

49.29-9-02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO

SITIO PARAIZO - ESTRADA PLANALTO

NÚMERO S/Nº COMPLEMENTO

SALA 01

CEP

84.900-000

BAIRRO/DISTRITO

FAZENDA PLANALTO

MUNICÍPIO

IBAITI

UF PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO

DOCS@AUDPLANCONSULTORIA.COM.BR

TELEFONE

(43) 3547-2113/ (43) 9873-9586

CONTRATANTES qualificados, acordo. tem entre si Os acima comum justo em 0 Contrato nº 226/2021 termo aditivo 073/22, presente referente avençado, e celebram ao е ao

Município de Ibaiti

Rua Vereador José de Moura Bueno, 23 - Praça dos Três Poderes - Centro - CEP 84.900-000 Telefone (43)3546-7450 - E-mail: diario@ibaiti.pr.gov.br Os atos oficiais publicados são assinados digitalmente





MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2022 | EDIÇÃO № 2220 | IBAITI, QUINTA-FEIRA, 01 DE SETEMBRO DE 2022

PÁGINA 32

Processo Licitatório – Pregão Presencial nº 54/21 e 7/22, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, demais normas regulamentares que regem a espécie, e às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O presente termo aditivo tem como objeto o reequilíbrio econômico-financeiro.
- 1.2. O presente aditamento integrará o contrato para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REEQUILÍBRIO

2.1. O valor global dos contratos, após reequilibrados corresponde à importância de R\$ 286.357,52, o ora reequilíbrio econômico financeiro corresponde ao valor de R\$ 38.108,08 correspondente a percentual médio de 13,31%, conforme quadro abaixo:

CONTRATADO	PREGÃO	N.º CONTRATO	DATA CONTRATO	LINHA Nº	LINHA - ROTA - PERCURSO	TOTAL KM ANUAL		TO KM		VALOR TOTAL DO CONTRATO	REAL	STO KM INHADO 08.2022		CONTRATO EALINHADO		OR ADITIVO INHAMENTO	PERC %
JOAO PINTO DE MELLO NETO	054/2021	226/21	22/11/2021	2	PLANALTO - II	27.744,00	R\$	4,8600	R\$	134.835,84	R\$	5,80	R\$	160.915,20	R\$	26.079,36	16,21%
JOAO PINTO DE MELLO NETO	007/2022	073/22	21/03/2022	17	VASSOURAL / CHOQUINHO	28.639,80	R\$	3,9600	R\$	113.413,61	R\$	4,38	R\$	125.442,32	R\$	12.028,72	9,59%
TAL GERAL								=	R\$	248.249,45	-		R\$	286.357,52	R\$	38.108,08	13,31%

2.2. O Custo do Quilometro rodado para a ser o seguinte:

LINHA	LINHA - ROTA - PERCURSO	custo км	CUSTO KM REALINHADO
Nº		CONTRATADO	01.08.2022
2	PLANALTO II	R\$ 4,86	R\$ 5,80
17	VASSOURAL/CHOQUINHO	R\$ 3,96	R\$ 4,38

2.3 - Os efeitos financeiros decorrentes deste reequilíbrio vigoram a partir do dia 01.08.2022.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA DESPESA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

.1. As despesas com este termo aditivo correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria Municipal de Educação:

DOTAÇÕES:

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade 009: TRANSPORTE ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 12.361.0010.2-046 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.0.00.00.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

3.3.90.30.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO

04520 000 0 / 1 / 7 / 0 / 0 Recursos Ordinários (Livres)

04530 103 103 / 1 / 1 / 0 / 0 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

04540 104 104 / 1 / 1 / 0 / 0 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

04550 121 1013 / 9 / 1 / 5 / 18 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais

04560 149 1043 / 9 / 1 / 6 / 0 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)

CLÁUSULA QUARTA - DA FUNDAMENTAÇÃO

Município de Ibaiti





MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL № 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL № 137/2011

A	NO 20	22 EDIÇ	ÃO № 222	O IBAI	TI, QUINTA-F	EIRA, 01 DE	SETEME	RO D	E 2022	WEIGH.	States .	李斯	PÁ	GINA 3	3
4.1.	0	presente	termo	aditivo	encontra	amparo	legal	no	artigo	65.	inciso	11.	"d"	da	Lei
n.º 8.	666/9								0						

4.2. O presente aditivo fundamenta-se também nas informações, despachos e autorizações contidas no processo administrativo licitatório – Pregão Eletrônico Nº 052/21 e 7/22, Contrato Administrativo nº 226/21 e 073/22, Requerimento de Reequilíbrio econômico financeiro - PAD Nº 22638/22 e Outros, Parecer Técnico, Parecer Contábil, Parecer Jurídico e autorização do Executivo para formalização deste aditivo, os quais passam a fazer parte deste aditamento como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

5.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas condições estabelecidas Contrato inicial firmado mencionando entre as partes. preâmbulo deste aditivo. não conflitantes com o presente termo, ora celebrado.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito e produza os efeitos legais precisos, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE E CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Ibaiti (PR), 31 de agosto de 2022.

MUNICIPIO DE IBAITI – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de Direito Público, CNPJ/MF sob n. 77.008.068/0001-41, com sede administrativa na Praça dos Três Poderes, n. 23, Ibaiti – Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal - ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO, brasileiro, casado, médico, portador da CI-RG n. 6.259.277-0 (SSP- PR), e do CPF-MF sob n. 023.244.229-05, residente e domiciliado na Rua Arthur Sampaio, n. 140, Centro, Ibaiti – Paraná,

JOAO PINTO DE MELLO NETO - ME CNPJ - 35.578.934/0001-90

Testemunhas:

FERNANDO LOPES DE SIQUEIRA RG nº 9.187.331-1/SSP-PR - CPF nº 050.143.969-25

ROSÂNGELA TEIXEIRA RG nº 4.989.267-5/SSP-PR - CPF nº 710.877.379-15



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA

DESPACHO CONFORME PROTOCOLO DE № 23.316/2022, DE 30/0/2022.

SOLICITAÇÃO DE ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE QUILOMETRAGEM NAS LINHAS ANTERIORMENTE CONTRATADAS, OBJETO DOS CONTRATOS DE №224/2021 E №226/2021 — REFERENTES AO PREGÃO ELETRÔNICO DE №054/2021.

Recebi na data de hoje.

Determino ao Diretor do Departamento de Licitações e Contratos que tome as seguintes providencias:

- 1. Autue-se o presente protocolo, de solicitação de Aditivo de acréscimo de valor/quilometragens dos Contratos Administrativo de Nº224 e nº226/2021, bem como numere e rubrique o processo de Aditivo.
- 1.1 Ressalta-se que os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em sequencia cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento.
- 2. Após, determino a pratica dos seguintes atos administrativos e juntadas de documentos:
- 2.1 Sendo do interesse do contratado, o acréscimo de valor/quilometragens;
- 2.2 Junte-se para comprovar quanto à vigência, documentos referentes ao procedimento licitatório realizado, cópia do contrato original e eventuais termos aditivos precedentes;
- 2.3 Junte-se manifestação da Administração (preferencialmente do gestor do contrato) acerca da execução do contrato, e manutenção das condições vantajosas do ajuste; (art. 57, II e § 2º, da Lei 8.666/93).
- 2.4 Junte-se comprovantes da manutenção das mesmas condições de habilitação (jurídica, fiscal e financeira) exigidas na licitação, (art. 55, XIII, Lei 8.666/93), bem como, as condições operacionais dos veículos (transporte escolar).
- 2.5 Junte-se comprovante de que há, na Lei Orçamentária do exercício da prorrogação do contrato, dotações suficientes para o custeio das respectivas despesas, ou condicionamento da validade e eficácia da inclusão e sua referida disponibilidade; (art. 7º, § 2º, III, da Lei nº 8.666/93)
- 2.6 Parecer Jurídico sobre o acréscimo de valor/km nos contratos administrativos.
- 2.7 Minuta do termo aditivo aprovada pela PGM.
- 2.8 Uma vez cumpridos todos os requisitos legais antes enumerados, voltem os autos conclusos a esta autoridade competente para analise e autorização do acréscimo (§ 1º do art. 65, todos da Lei nº 8.666/93).

Ibaiti – (PR), 30 de setembro de 2022

ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO

Prefeito Municipal



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA IBAITI – PARANÁ.

Declaração de Adequação Orçamentária

PAD de N°23.316/2022, de 30 de setembro de 2022

OBJETO: Acréscimo do valor/Km nos Contratos de n°224 e n°226/2021, para suprir a nova quilometragem contratada.

Eu, Guilherme Augusto de Oliveira Leite, Secretário Municipal de Administração, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento ao contido no art. 167, inc. I e II, da Constituição Federal, no art. 37, inc. IV, da Lei complementar n. 101/2000, e no art. 7°, caput, § 2°, inc. III e § 9°, no art. 14, no art. 38 e no art. 55, inc. V, todos da Lei n° 8.666/1993, que exigem nos procedimentos licitatórios referentes a obras, serviços e compras, assim como os procedimentos de contratação direta por meio de dispensa e de inexigibilidade de licitação, somente poderão ser iniciados quando houver previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes, DECLARO existir disponibilidade orçamentária para atender ao presente objeto de acréscimo de valor dos Contratos de nº224 e nº226 de 2021 - Pregão Eletrônico de nº054/2021; desde que não ultrapasse o valor total de R\$6.828,19 (seis mil, oitocentos e vinte e oito reais e dezenove centavos), conforme dotação abaixo:

CONTA DA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FONTE DE RECURSO	NATUREZA DA DESPESA	GRUPO DA FONTE
	06.009.12.361.0010.2046	103	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
4220	06.009.12.361.0010.2046	104	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
4230	06.009.12.361.0010.2046	118	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
4240		121	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
4250	06.009.12.361.0010.2046	103	3.3.90.39.32.00	Do Exercício
4610	06.009.12.361.0010.2046	103	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
4620	06.014.12.361.0010.2049		3.3.90.39.32.00	Do Exercício
4620	06.009.12.361.0010.2046	104	3.3.90.39.32.00	Do Exercício
4630	06.009.12.361.0010.2046	121		Do Exercício
4640	06.009.12.361.0010.2046	149	3.3.90.39.32.00	Do Exercício
5060	06.014.12.361.0010.2049	102	3.3.90.39.99.99	Do Exercicio

A referida despesa está adequada à Lei Federal nº 8.666/1993 e ao Orçamento-Programa do Exercício de 2022, está incluída no Plano Plurianual 2022/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual do corrente ano.

03 de outubro de 2022.

Guilherme Augusto de Oliveira Leite Secretário Municipal de Administração Portaria nº 1715, de 26 de julho de 201

Contador CRC/Pr nº 043334/O-9



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEM

Ibaiti Pr., 03 de outubro de 2022

Senhor Secretário,

Em resposta a informação solicitada conforme Contratos de N°224/2021 e N°226/2021, que teve como objeto: "Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Transporte Escolar, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no Termo de Referência, conforme especificações e demais informações constantes no Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 54/2021.", temos a informar, que os Contratos se encontram vigente, podendo ser aditivado desde que seja interesse da Administração e possua parecer favorável pela procuradoria, conforme art.65, § 1° da Lei 8.666/93; anexo Minuta do Aditivo.

Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

§ 10 O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinqüenta por cento) para os seus acréscimos.

Anexo, modelo de minutas do Aditivo, que somente será publicada com a deliberação jurídica.

Atenciosamente,

BRUNO OTAVIO DOS SANTOS MACHADO RODRIGUES

Diretor do Departamento de Licitações e Contratos Portaria nº031, de 06/01/2021



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SE IBAITI - PARANÁ.

MINUTA DO 2º ADITIVO

PAD N° 23.316, de 30/09/2022. PREGÃO ELETRONICO N.º 54/2021 CONTRATO N. 224/2021.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 224/21 CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE IBAITI — E A EMPRESA EDINEI ROCHA - TURISMO, QUE TEM POR OBJETO O AUMENTO DE QUANTITATIVO CONTRATUAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBAITI – **ESTADO DO PARANÁ**, jjurídica de direito público, com sede em Ibaiti (PR), sita a Praça dos Três Poderes, 23, inscrito no CNPJ/MF nº. 77.008.068/0001-41, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, brasileiro, casado, médico, portador da CI-RG nº 6.259.277-0 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF n° 023.244.229-05, residente e domiciliado na Rua Arthur Sampaio nº 140, Bairro Gralha Azul, nesta cidade de Ibaiti – Paraná.

CONTRATADA: **EDINEI ROCHA - TURISMO**, inscrita no CNPJ sob o nº 81.078.529/0001-20, inscrição Estadual nº ISENTO, inscrição Municipal nº 37958, com sede localizada na RUA ANTONIO DE MOURA BUENO, 0 Casa - CEP: 84900000 - BAIRRO: Centro, na cidade de Ibaiti – PARANÁ.

Os CONTRATANTES celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato, instruído nos autos do PAD Nº 23.316, de 30/09/2022, em conformidade com as disposições legais e regulamentares pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimos de quantitativos de serviços de transporte escolar, conforme Contrato em epígrafe, firmado entre as partes em 22.11.2021, com fundamento no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO ADITIVADO.

O Objeto do Contrato, fica acrescido de 14.34%, relativo a quilometram acrescia na linha de nº. 07, com o valor total para 27 (vinte e sete) dias letivos no montante de R\$ 1.879,63 (Hum mil, oitocentos e setenta e nove reais e sessenta e três centavos), mantido o valor do último realinhamento de preço objeto do primeiro aditivo, conforme quadro abaixo:



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEM

PREGÃO	N-	DATA DO	LINHA N•	LINHA 0 ROTA - PERCURSO	KM DIÁRIA CONTRATAD	KM DIÁRIA ADITIVADA	KM DIAS	VM.	CUSTO DE KM ATUAL	TOTAL DO ADITIVO	
CONTRATO	CONTRATO	NIRATO CONTINUE	LINHA Nº 07- PLANALTO II	106	15,20	121,20	410.40	4,58	R\$ 1.879,3		

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO

O presente aditivo fundamenta-se nas informações, despachos e autorizações constantes no Processo Licitatório Pregão Eletrônico de nº054/2021 e no Parecer Jurídico, e demais documentos costados nos procedimentos administrativos em destaque, que ficam fazendo parte integrante deste aditamento como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CONTA DA DESPESA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FONTE DE RECURSO	NATUREZA DA DESPESA	GRUPO DA FONTE
DESPESA		103	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
4220	06.009.12.361.0010.2046	104	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
4230	06.009.12.361.0010.2046		3.3.90.39.00.00	Do Exercício
4240	06.009.12.361.0010.2046	118	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
4250	06.009.12.361.0010.2046	121		Do Exercício
4610	06.009.12.361.0010.2046	103	3.3.90.39.32.00	Do Exercício
4620	06.014.12.361.0010.2049	102	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
4620	06.009.12.361.0010.2046	104	3.3.90.39.32.00	
	06.009.12.361.0010.2046	121	3.3.90.39.32.00	Do Exercício
4630	06.009.12.361.0010.2046	149	3.3.90.39.32.00	Do Exercício
4640 5060	06.009.12.361.0010.2049	102	3.3.90.39.99.99	Do Exercício

CLÁUSULA QUINTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

A alteração da quilometragem diária contratada, decorre da continuidade dos serviços essenciais e contínuos do transporte escolar do MUNICÍPIO DE IBAITI -PR, de forma a atender o transporte da rede municipal de ensino, bem como a rede estadual conveniada, diante da manifestação de interesse da CONTRATADA no acréscimo de quantitativos e da comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, e encontra amparo legal no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993, Parecer Jurídico, e demais documentos acostados no procedimento administrativo em destaque, que ficam fazendo parte integrante deste aditamento como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

Em face do disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei n. 8.666/1993, o presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial Do Município, na sua integralidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMAD IBAITI - PARANÁ.

Permanecem inalteradas e em vigor as demais cláusulas e condições pactuadas no Contrato de n. 224/2021 de 22.11.2021, naquilo que não conflitarem com as disposições deste instrumento.

E para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Termo Aditivo em conformidade com o PAD N° 23.316/22 de 30.09.2022, em 2 (duas) vias e para uma única finalidade de direito, que, depois de lido e achado conforme, segue assinado pelos representantes das partes, para que surtam seus efeitos legais.

Ibaiti (PR), XX de outubro de 2022.

MUNICÍPIO DE IBAITI – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, com sede em Ibaiti (PR), sita a Praça dos Três Poderes, 23, inscrito no CNPJ/MF nº. 77.008.068/0001-41, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, brasileiro, casado, médico, portador da CI-RG nº 6.259.277-0 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF n° 023.244.229-05, residente e domiciliado na Rua Arthur Sampaio nº 140, Bairro Gralha Azul, nesta cidade de Ibaiti – Paraná.

EDINEI ROCHA - TURISMO, inscrita no CNPJ sob o nº 81.078.529/0001-20, inscrição Estadual nº ISENTO, inscrição Municipal nº 37958, com sede localizada na RUA ANTONIO DE MOURA BUENO, 0 Casa - CEP: 84900000 - BAIRRO: Centro, na cidade de Ibaiti – PARANÁ.

Testemunhas:

FERNANDO LOPES LOUZANO DE SIQUEIRA RG nº 9.187.331-1/SSP-PR CPF nº 050.143.969-25

ROSÂNGELA TEIXEIRA RG nº 4.989.267-5/SSP-PR CPF nº 710.877.379-15



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEN IBAITI - PARANÁ.

MINUTA DO 2º ADITIVO

PAD N° 23.316, de 30/09/2022. PREGÃO ELETRONICO N.° 54/2021 CONTRATO N. 226/2021.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 226/21 CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE IBAITI — E A EMPRESA JOAO PINTO DE MELLO NETO - ME, QUE TEM POR OBJETO O AUMENTO DE QUANTITATIVO CONTRATUAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBAITI — ESTADO DO PARANÁ, jjurídica de direito público, com sede em Ibaiti (PR), sita a Praça dos Três Poderes, 23, inscrito no CNPJ/MF nº. 77.008.068/0001-41, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, brasileiro, casado, médico, portador da CI-RG nº 6.259.277-0 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF n° 023.244.229-05, residente e domiciliado na Rua Arthur Sampaio nº 140, Bairro Gralha Azul, nesta cidade de Ibaiti — Paraná.

CONTRATADA: JOAO PINTO DE MELLO NETO, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 35.578.934/0001-90, com sede na SITIO PARAÍZO - ESTRADA PLANALTO - S/Nº, 0 CASA SÍTIO RURAL - CEP: 84900000 - BAIRRO: FAZENDA PLANALTO, Município de Ibaiti/PR, representada pelo Sr(a) JOÃO PINTO DE MELLO NETO, brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade RG nº 7.797.894-1 - S e inscrito(a) no CPF sob o nº 046.302.109-62.

Os CONTRATANTES celebram o presente Termo Aditivo ao Contrato, instruído nos autos do PAD Nº 23.316, de 30/09/2022, em conformidade com as disposições legais e regulamentares pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto o **acréscimos de quantitativos de serviços de transporte escolar,** conforme Contrato em epígrafe, firmado entre as partes em 22.11.2021, com fundamento no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO ADITIVADO.

O Objeto da quilometragem diária Contratada, fica acrescido e 22,78%, relativo a quilometram acrescia na linha de n. 02, com o valor total para 27 (vinte e sete) dias letivos no montante de R\$ 4.948,56 (quatro mil, novecentos e quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos), mantido o valor do último realinhamento de preço objeto do primeiro aditivo, conforme quadro abaixo:



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA

PREGÃO	GÃO CONTRATO CONTRATO Nº	LINHA U HUTA - PERCURSO			IUIAL KM DIAS	KM.	CUSTU DE KM ATUAL	YALOR TOTAL DO ADITIVO		
	00							052.20	5,0	D\$ 4.040,50
054/20210	220/2021	22/11/2021	2	LINITA Nº 02 - PLANALTO II	130,72	01,0	170,32	053.20	0,0	

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO

O presente aditivo fundamenta-se nas informações, despachos e autorizações constantes no Processo Licitatório Pregão Eletrônico de nº054/2021 e no Parecer Jurídico, e demais documentos costados nos procedimentos administrativos em destaque, que ficam fazendo parte integrante deste aditamento como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

CONTA DA DESPESA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FONTE DE RECURSO	NATUREZA DA DESPESA	GRUPO DA FONTE
Den Santa	06.009.12.361.0010.2046	103	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
4220	06.009.12.361.0010.2046	104	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
4230		118	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
4240	06.009.12.361.0010.2046	121	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
4250	06.009.12.361.0010.2046	103	3.3.90.39.32.00	Do Exercício
4610	06.009.12.361.0010.2046		3.3.90.39.00.00	Do Exercício
4620	06.014.12.361.0010.2049	102	3.3.90.39.32.00	Do Exercício
4620	06.009.12.361.0010.2046	104	3.3.90.39.32.00	Do Exercício
4630	06.009.12.361.0010.2046	121		Do Exercício
4640	06.009.12.361.0010.2046	149	3.3.90.39.32.00	Do Exercício
5060	06.014.12.361.0010.2049	102	3.3.90.39.99.99	Do Exercicio

CLÁUSULA QUINTA – DO FUNDAMENTO LEGAL

A prorrogação da vigência decorre da necessidade de continuidade dos serviços essenciais e contínuos do transporte escolar do MUNICÍPIO DE IBAITI -PR, de forma a atender o transporte da rede municipal de ensino, bem como a rede estadual conveniada, diante da manifestação de interesse da CONTRATADA no ajuste e da comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista, e encontra amparo legal no artigo 57, II, § 2°, e § 1º do art. 65, todos da Lei n. 8.666/1993, Parecer Jurídico, e demais documentos acostados no procedimento administrativo em destaque, que ficam fazendo parte integrante deste aditamento como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

Em face do disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei n. 8.666/1993, o presente Termo Aditivo será publicado no Diário Oficial Do Município, na sua integralidade.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMI

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

Permanecem inalteradas e em vigor as demais cláusulas e condições pactuadas no contrato de n. 226/2021 de 22.11.2021, naquilo que não conflitarem com as disposições deste instrumento.

E para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Termo Aditivo em conformidade com o PAD N° 23.316/22 de 30.09.2022, em 2 (duas) vias e para uma única finalidade de direito, que, depois de lido e achado conforme, segue assinado pelos representantes das partes, para que surtam seus efeitos legais.

Ibaiti (PR), XX de outubro de 2022.

MUNICÍPIO DE IBAITI – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público, com sede em Ibaiti (PR), sita a Praça dos Três Poderes, 23, inscrito no CNPJ/MF nº. 77.008.068/0001-41, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, brasileiro, casado, médico, portador da CI-RG nº 6.259.277-0 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF n° 023.244.229-05, residente e domiciliado na Rua Arthur Sampaio nº 140, Bairro Gralha Azul, nesta cidade de Ibaiti – Paraná.

JOAO PINTO DE MELLO NETO, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 35.578.934/0001-90, com sede na SITIO PARAÍZO - ESTRADA PLANALTO - S/Nº, 0 CASA SÍTIO RURAL - CEP: 84900000 - BAIRRO: FAZENDA PLANALTO, Município de Ibaiti/PR, representada pelo Sr(a) JOÃO PINTO DE MELLO NETO, brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade RG nº 7.797.894-1 - S e inscrito(a) no CPF sob o nº 046.302.109-62.

Testemunhas:

FERNANDO LOPES LOUZANO DE SIQUEIRA RG nº 9.187.331-1/SSP-PR CPF nº 050.143.969-25

ROSÂNGELA TEIXEIRA RG nº 4.989.267-5/SSP-PR CPF nº 710.877.379-15



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - IBAITI - PARANÁ.



Protocolo Nº23.316/2022

Ibaiti – (PR), 06 de outubro de 2022.

À Procuradoria Geral do Município (PROGE).
Assunto: Acréscimo do valor do Contrato de Nº224 e Nº226/2021 para suprir o aumento na quilometragem da linha contratada, sem correção de valores, que teve como objeto a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Transporte Escolar, em atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com os quantitativos e especificações constantes no Termo de Referência, no Termo de Referência do Pregão Eletrônico de nº054/2021.
Senhor Procurador Municipal:
Em cumprimento ao disposto no artigo 38, inciso VI, da Lei nº 8.666, de 1993, encaminhamos o presente processo, para análise e emissão de parecer jurídico, com as seguintes informações:
Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
Objeto: PARECER JURÍDICO QUANTO A POSSIBILIDADE DE ACRÉSCIMO DE KM/VALOR NOS CONTRATOS, PELOS DIAS LETIVOS ATÉ O ENCERRAMENTOS DAS VIGÊNCIAS.
Processo Licitatório na modalidade: ()Concorrência ()Tomada de Preços ()Convite ()Leilão ()Pregão Eletrônico ()Concurso (X)Pregão Eletrônico/SRP ()Pregão Presencial ()Pregão Eletrônico ou SRP para Contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra.
CONTRATAÇÃO DIRETA: () Inexigibilidade () Licitação não Aplicável () Dispensa /Locação Imóvel () Contratação Emergencial () Cotação Eletrônica () Dispensa de Licitação
ADITAMENTOS CONTRATUAIS: () Repactuação () Prorrogação () Rescisão () Supressão (X) Acréscimo () Reajuste () Outros TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL: 21/11/2022
CONSULTAS: ()Decisão Judicial ()Informações em Mandado de Segurança ()Recursos/Impugnações

()Patrimônio Mobiliário () Outras

BRUNO OTAVIO DOS SANTOS MACHADO RODRIGUES

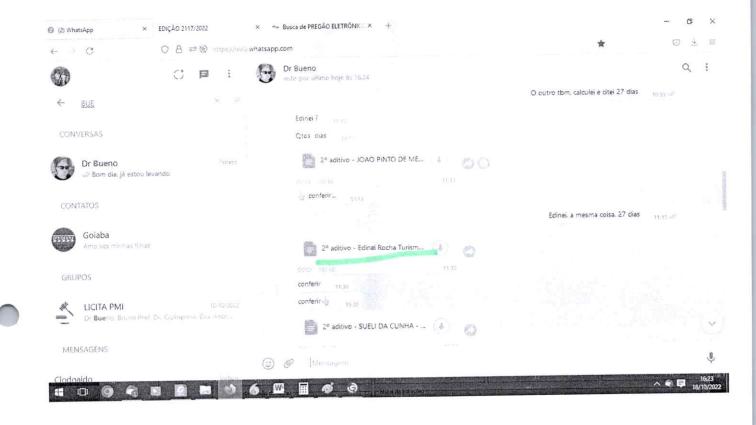
Diretor do Departamento de Licitações e Contratos

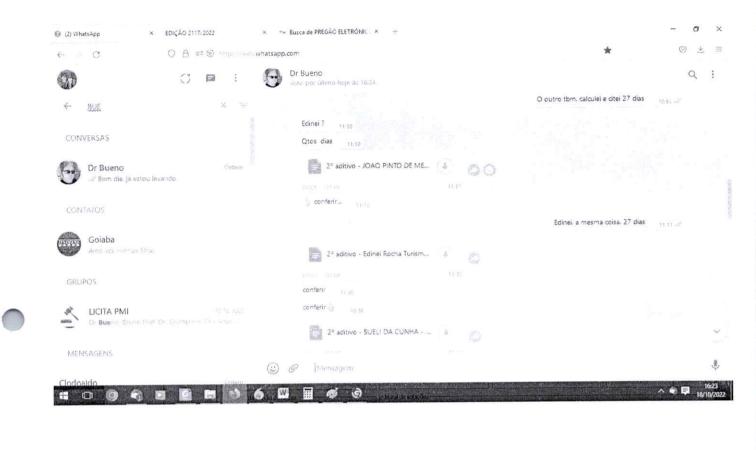
Portaria de nº031/2021, de 06/01/2021

)Patrimônio Imobiliário



PARECER JURÍDICO







PREFEITURA MUNICIPAL DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA N.º 675/2001 DE:01/02/2001

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Art. 66, Inciso 6, do Título II, Capítulo I, Seção II, da Lei Orgânica do Município de: 27/04/90,

RESOLVE

Art. 1.°) — ADMITIR, em virtude de Aprovação em Concurso Público, VALDEMIR BRAZ BUENO, portador do RG n.° 3.197.146-2-SSP/PR e CPF n°437.116.939-20, para ocupar o cargo de ADVOGADO, a partir desta data

Art. 2.º) – Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

COMUNIQUE-SE PUPLIQUE-SE CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e um.(01/02/2001).

ROQUE JORGE FADEL
Prefeito Municipal

Praça dos Três Poderes, 23

Fone/Fax: (43) 546-1056

CFP 84900-000

IBAITI

PR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALÃO - ESTADO DO PARANÁ

-			Mars o Se-dalics
4.0	and the same of th	and the second of the	CARDON FRANCIS
	COM TO TAKE A METER MANAGET.	N. O. M. I. Lee, A. A.	19 1 10
		g =0 St	14.
	5.58		ig le
	10 Table 19	1 852 85	M 199
•	William Towns	1 91 10	16 170
2.5	4'S. 18 Cd 75	1 10 10	. 455
1.5	79.1819	24.5	4 100
91	egoned merculate	10.0	1.11
100	4.4 75 16.4	400	,
100	SALES CONTRACTOR & CONTRACTOR	THE R. P.	
. 9	VB 01 (156 V)	78.	7.4
110	promise I frequency from the	111	11.045
27.57	CRETTLE ETC.	4 763 29	14.4 (2.5)
100	process of the I foliate	35 161 N	Mr. 257
250	PARTIES LEADING	11.60	14.178
E P	NOT THE PERSON NAMED IN	4 (2) of 3 (4) of	. S . 44 1
1 4 7	54.00 (2000)	1 64 M	45.80
0.415	SECTION AND ADDRESS OF THE PERSON ADDRESS OF THE PERSON AND ADDRESS OF THE PERSON ADDRESS OF T	1 76 F	14 871 5
100	METERS SEETING	1 74 11	12 104 5
W. P.	THE PARTY AND THE PARTY AND THE		
H H 79	CONTRACTOR	1 10 8	10.5
	NOTICE - PORGA PRICE	; N #	117 174 5
4 7 6 A	SLABM, ESS.	70 to 8"	42.744.4
-	THE R. P. LEWIS CO., LANSING, MICH.	* 194.21	21.114.2
	THE PARTY OF THE P	3 70 11	1191
36 5	74.5	100	1116
4 1 1	Salar de Barrel	1: 60 0	and fill M
	yr in negatific	1 12 4	144 71 8
6.6	more with it		4.37/31
64.3	SHEAR TOTAL ENGINEERS		146 \$1
	American and the		1.754.75
***	START MENT	\$i. 142,18	226 948 42
2.5	2 000 1 1 FORM	10 NO. 52	184 628 62
100	SASKET BENG	476.57	1. 75.4
* "	THE TAKE	474.11	71, 771, 45
8 4 9	THE PERSON NAMED IN COLUMN TWO IS NOT THE OWNER.	6.791.76	7 45 6
3	20 M 11 14 15 15 15 15	6.793.34	17 (4) 8
5 W	18 Table 18 Call 19	6 136, 34 275 88	121.00
225	ALCOHOL: 1 THE R.	34 121.35	457 287 49
OF 80 19	SATE 1 SATERANT	N 121, 59	att die H
1.	committee of the commit	5 77 17	27 4 4 64
27.43	AND DESCRIPTION OF THE PARTY OF	75 Trees:	1) (7) E
2.5	DITURNITY		17 104, 15
138	STREET LIST		
3 10	COLUMN TOUR		33 876,80
	CELEBRA E REPORTE	25 291 E	27 79.57
3.6	12 CM 3	1 571 21	11 941 73
12.00	ALTERNATION AND STREET	21.75 €	121 85" 67
16.00			1 84.44
E COL	7677	20 H" 68	224 161 28
	THE PARTY NAMED IN	21 H. W	244.86.26
60 EG	AND TRACE DISE	15 122 86	172 492 54
19 14	BURNESS OF STREET	1 303 37	22, 342, 64
4.5	The second secon		
	7571	438 773 8"	1 50: 451,67

		114 30
THE RESIDENCE OF STATE ASSESSMENT OF THE P.	AN I CONTENTION FEMALE	ent: 4 bendent: :
NAME AND PARTY OF THE PARTY OF	R #11)TG	121 6 522
THE RESTRICT OF THE PARTY OF TH	\$19,121.01	2 515 J24 89 566
THE RESTREET STREET	12,400,51	T 116
THE REAL PROPERTY AND ADDRESS.	11 794 66	64 153
LE HE DO LAND HE FIND CHIEF LE E DEUTE METE.	6 597 08 6 597,00	25 127
To Tale \$50000 7232 753 16 753 64	42.00	: 1.4
	4,45	675 672
THE RESERVOIR AND EXPENSES.	3,51 4 464,50	37 654
COM BILL OF FREE FA COMMON	771.40	14 17
of of set of the set produced agreeding	278,46 1 871,38	14 627
TO BE SEE THE SECRET STREET AND ADDRESS OF THE SECRET	219,83	4 134.
THE RESERVE THE PROPERTY AND A SERVED WITH THE PROPERTY OF THE	215,43	1 134,
TO 11 by CLUCKS HAW EXCLUDE IN COURT	116,71 30,10	427
CHECK CONTROL OF THE	91,67	1 447.
DE SE CE TRANS PRIMET DE MINISTER DE CE SE TRANSCOURT DE 1901	127, 17 213, 25	1 773
1: 1: THE THE COLUMN TO LIVE	122.89	1,143,
DECEMBER OF STATE OF	11 16 W1 E2	2 224.
DO NOT THE REPORT OF THE PARTY	0.6	1 191.
DESTRUCTION OF THE PROPERTY OF	518.37	164
11 81 M 2011 1 M MOTOR ALERTON	11.09 6 C0	116,1
OF ST. TOTAL CHEESE	1,11	11,3
1 (1 1) 1971 11 12 22 70 27 12	58,16 1.275.87	9.761,7
A SECULAR SECULAR SECULAR SECULAR SECULAR SECULAR SECULAR SECUE SECULAR SECU	141.88 741.88	6.M1.5 8.901.5
CONTROL CONTROL THE METALONIST	2 426.67	5 251.7
THE RESERVE FOR THE PARTY OF TH	2,426,87	6 255, 1 5 255, 7
IS IF DESCRIPTION IS IT IS IT	2 426, 27 91, 50	5 235,7 26 fr
THE REPORT OF THE PERSON OF TH	42 68	42.53
et et eterra protestada	41,30 61,46	(4.0)
E. L. BELD THEN MITTAL BLIC BELD IN BESSEL	5 954, 13	11 167 44 4 152 45
\$8.00 BRRIA TORRING ACCOMMAND	9; 9; 34 5 m35, 38	4 529 43
N 12 COTES LINTON	47 66 28	2 343 445 45 2 2 254 234 24
	128, 065, 77	2 250 234 21
10 10 TO THE PROPERTY AND DAY OF THE PARTY.	296 973.38 286 628.68	2 422 867 65
1 14 1417 Ph. 30 12 12 17 10	202 351 11	1 147 712 13
F. S. COLLEGE IN THE PERSON 114	25 465 44 27 946 19	211 541 6*
TO SECURITY OF THE PARTY.	\$ 444,79	4 042.67 67 274 65 67 287.25
EL EL TURISPORTES 20 17	1.245,14	of 201.25
HI IS COLD HIGH OF TO ALSO - LONG A 128 HI IS COLD HIGH LONGLINE OF THE BEST OF HIGH BY THE BEST OF HIGH BY THE BEST OF THE BE	2.693.72	
IN S. THOMSELES FORMULED NO FOR THE SE ST. COTS SECTE OF ACT AND PROCESS - 158 SE ST. THOMSENCIAL DES ACTIONS	170 896 85	543 50 13 543 401 87
to the bady to committy one trouble.	10 542,65	
	1 155 52	19 861 TI 31 387, 75
1 30 41 97900 to 1297974000 - 838	1 298,83 16 848,67	79 429 62
E H CONTROL SE FOR FORM - 191	596 88	# 195.6° 88.124.44
THE RESERVE OF THE PARTY OF THE	16 923, 25 16 922, 25	88 126 84
to the in the contract on the contract of the co	47 345 17	225 389 47 154 279 47
N. St. Charles of Column Philips II	44 444 1	156 779 17
V. U. B. Transport armenia	1 267 32	22 566,48
The territory of the same and	375,53	1 559,72 1 478,68
A STATE OF THE STATE OF THE STATE OF	L. 816. 20	et1 543, 14
COLUMN CHARLE HY CHRISTS	19. 750.63 4. 275.74	5,130,64
THE REST POST OF PERSON SPECE	17, 660, 00	55 625.84
The Residence of the second seconds of	1 982,48	28 306, 64
	1 157 10	21 826 85 76 ant 46
700	4.11	14, 504, 19
	72 120 58	95. 17
the second of the second	3.74	95, 65 28, 853, 64
The state of the party of the p	r 526.42	9 \$25.23
	1 847.51 1 857.51	# 753,27 2 812,62
The Million of the Control of the Co		
The state of the state of	64 27	11 427 43
Committee of the control of the cont	1.64.2	23 477 17
	64 27	11 427 43

a	790		. 100	10.790	Name.		30		
		100 0	Service of	to how		-		10 mm	
			::::	101				***************************************	
ALL STREET				1 40		1			
**************************************					12	145			
a products of the case and case products make the common products are a fermion of the			1.0			1.0		1:	
make their territory first		1.5				186		1.0	
a paper of the			1.0		:	**		1.0	
			::		**	14			
a ser productions		1	4.4			1.3	:	1.	
with the total soft with the total soft with the total soft total with the total soft with the total with the total soft with the total with the total soft with the total with the total soft with the total so		::	7 44 5			14			
MARKET THE PARK			1.0	100		1.5			*****
Spinstry copys		1.0	244	34.0	::::				:
******		:	12.	1193	9.34	100		::	:
PARTIES A PA HOUSE BOTO & THE TO ACT OF THE TO THE R. J. P. T. L. T. T. T.			11					1.0	1
THE REST OF THE P. P. LEWIS CO. LEWIS CO., LANSING, MICH. 49(1)			18						٠
Alleran a h			1.5		18		1		
THE THE PART OF STREET			4.6		8 5		1.0		
25-25 - 11 - 22				10.5			11	10	*
AP & POTE IS THE			1.0	1.0		4.			11
12 3 22 2 N	- 3								ij
10 10 1 1 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10			111	9.3	41.4	1.5		1.5	1
	1			1000	1018 1028 123 123 124 124 125 126 126 127 128 128 128 128 128	100 A	**********		ままり は 一日 日本
THE WATER COMPANY	- ;	•			14	Late			10
MIN 1 AND 4 AND		:	**	1.0					
entropes		:			1.	40.2		1.0	100
TO THE PARTY IN THE TANK THE PARTY OF THE PA	- 1		1.5		10				2
								1.0	,
DISCOUNT OF THE PARTY					12				1 04
STREET, STREET	11		113 113 113	::	1.5	14	1.0	12	22
LE MERTE E EPLA E PRESENTA S ENAX E PER IN IN THE IN	11		1.0	:: :	15	25555			*
e select a con					18		(#		1
CON 1 COLUMN 12 NO 2 COLUMN 1	- 4				100			1	6
G		-			-	-	-		•
				-		The same of	410	ea 38	at 1
MERCHANICAL STREET	NUMBER OF	EX.	DUNCT !	4.5 AX 8	Ems.	Auto rei	16	_	_
	75.00 1 70.00	14 N	100 m	ery feet	ew ben		W.0	ž.	_
	of Contract	***		-			1 1 20		T.
INCO SCHOOL STATE OF THE MODEL S		::				u i	: :	# E1	18
MINE THE STATE OF			LE 12	14 13		1 U		1 1 1	
MIL.	15	- 1		1 12			1	1.4	
OF STREET PART						: :			;
313 343 Marie 1 A. 107		- 1		. 1			U		
ELU PARTE A CAN	12	i			: *	: :	2	1 10	2
MIN IN COLUMN	;:			. 1	9		ü	1.60	9
MEDICAL PARTY OF					181		U	x.4	:
BOX NO.	::	::	. 15	1 24	0 161		L.	2.30	
PENS.		- 1		1 4			1,2	240	
MORE I WAS THE						1.2	1.0	1161	П
MENNE STATE FOR STATE ST		3.5	5 1.28	2 34	1 14				
NOW. STREET, STREET FOR SALTED FORD SALTE		160	1.39	1 16		13	1.0	314	
MORE AND		16)	129	2 18 1 2 1 4 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	1 150.5	10		100	
MOMENTO SERVICE FOR SEASON SERVICES SEASON SERVICES OF SEASON SERVICES SOME SEASON SEASON SERVICES SOME SEASON SEA		16.	1.09 1.09 1.00 1.00 1.00 1.00 1.00 1.00	2 18 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	1.0 1.0 1.0 1.0 1.0 1.0 1.0 1.0 1.0 1.0	LS LS LB	14	100	
MONEY TO THE TOTAL THE STATE OF		16.	128 128 128 128 128 128 128 128 128 128	2 181 2 181 2 181 1 181 1 181 1 181 1 181	1.50 1.50 1.50 1.50 1.50 1.50 1.50 1.50	13	11	2 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	
MONEY OF THE STATE OF THE SEASON OF THE SEAS		10.11	129. 5 129. 6 1. 6 1. 6 1. 6 1. 7 1. 7 1. 7 1. 8 1.	2 1914 2 1914 2 1914 1 1915 1 1915 1 1915 1 1915 1 1915	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	13	1.0	2 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	
PERM. STATE I SPICE FOR THE SECOND F		140.00	128. 128. 128. 128. 128. 128. 128. 128.	2 15 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	1.00.00 1.00.0	12	1.0 1.0 1.0 1.0 1.0 1.0 1.0 1.0 1.0 1.0	1 m 1 m 1 m 1 m 1 m 1 m 1 m 1 m 1 m 1 m	
MONEY TO STATE THE THE THE THE THE THE THE THE THE T		140, 111 100, 110 100, 110 100, 110 100, 110 100, 110 100, 110 100, 110 100 100 100 100 100 100 100 100 100	100 100 100 100 100 100 100 100 100 100	2 181 2 181 2 181 2 181 2 181 2 181 3 181 5 181	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	12 14 15 16 16 16 16 16 16 16 16 16 16 16 16 16		2 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10	
MONE. MONEY I SPORT FOR MONEY FORD I SAND MONEY TO MAN MONEY TO MONEY TO MAN MONEY TO MAN MONEY TO MAN MONEY TO MAN I SAND TO MAN I SAN		140.1 110.1 10.1 10.1 10.1 10.1 10.1 10.	100 100 100 100 100 100 100 100 100 100	3 (S)	1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	12 13 14 15 16 16 16 16 16 16 16 16 16 16 16 16 16			
MONEY TO STATE FOR THE MANAGEMENT OF THE MANAGEM		140.11 14	0 134. 5 134. 6 146. 6 146. 6 146. 6 146. 7	2 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10		12 12 12 12 12 12 12 12 12 12 12 12 12 1			
MORE. MORE TO THE MORE THE MO			## 1.00.00	2 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10				1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	
MONE. MOST FOR MOST F			## 1.28 ## 1.28 ## 1.26 ## 1.2	2				2 100 mm (100 mm (10	
MONEY TO STATE FOR MANY TO STA	100 100 100 100 100 100 100 100 100 100		1 1.28 1.28 1.28 1.28 1.28 1.28 1.28 1.2	2				1 (株)	
MONE. WE SHARE FOR THE METHER STATE FOR METHER FOR METHER STATE FOR METHER			## 1.54 ## 1.55 ## 1.5					1 (中央) (中	
FORCE AND THE PARTY OF THE PART	10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 1	355555555555555555555555555555555555555	20 日本 12 日	日本の日本の日本の日本の日本の日本の日本の日本の日本の日本の日本の日本の日本の日			1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	是	
FOR STATE 1 STATE FOR STATE STATE FOR STATE STAT	100 100 100 100 100 100 100 100 100 100		## 1	2 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19 19	1 在 1 在 1 在 1 在 1 在 1 在 1 在 1 在 1 在 1 在			2 10 年 1 日本 1	

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBAITI ESTADO DO PARANA

PORTARIA N.º 672/2001 DE: 22/01/2001.

PORTARIA N.º 672/2001 DE: 22/01/2001.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BAITI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de usa arribanções que flue conferem o Art. 66, Inciso 6, do Timão II. Capitulo I. Seção III. da Lei Orpânica do Minicipio, de 27/64/90.

RESOLVE
An 151. Numera IJÓAO DE BARRON, pertador do RG n.º 411/091 SSP/PR e CPF. n.º 1/94/29/20/97. Jura excrere in cargo em consista de DIRETOR DO DEPARIAMENTO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, com digino aos proventos do surribio CC 2, de acordo com a Lei Manisqual de n.º (3159) de 16/07/99. e ICM Manisqual n.º 22/09/96 z. 2/07/99/2, a partir desta data.
An 257. Esta portaria entra em vigor na data de sea publicação, revogadas as dispressocios en contrario.

desponções ciri contratio.
COMUNIQUE-SE, PUPELQUE-SE, CUMPRA-SE
GARIN-TT DO PREFETIO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANA,
ans vinto o dess dais do mês de jaceiro do ano de dois mil e uni(22/01/2011).

ROQUE JORGE FADEL

VALDEMIR BRAZ BUENO Diretor Administrativo e Financia

PORTARIA N.º 681/2001 DE: 01/02/2001

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribunções que the conferem o Art. 86, Incisso 6, do Titulo II, Capitulo I, Seção II, da Let Orgânica do Municipio, de 27/04/90, RESOLNE

RESOLVE

Art. 1.*). ADMITIR, em variade de Aprivação em Concurus Público, MÁRIG
CORDEIRO DE LIMA , portador do RG ... * 1.075, [60 SSPFR e CPF
257 996.059 91. para ocupar o cargo de MOTORISTA, a parter desta data
Art. 2.*). Esta portana entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em

COMUNIQUE SE, PUPLIQUE SE, CUMPRA SE
COMUNIQUE SE, PUPLIQUE SE, CUMPRA SE
GABINETE DO PREIEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DO PREIEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ do mês de fevereiro do ano de de

ROOLE JORGE FADEL

VALDEMIR BRAZ BUENO

NODTARIA N.º 680/2001 DE: 01/02/2001.

14 de Fevereiro de 2001

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBAITI = PORTARIA N. 082/2001 DE 170/2001 =

B PORTARIA N. 69/2001 DE 1/02/2001 ESTADO PARA MARIA M

COM NOTICES

(CABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BRAITE PETADO DO

PARANA. SO processo da do ede de forcesso do seo de des en el seo de la section de la companya de la comp

Prefeito Municipal

= PORTARIA N.º 683/2001 DE 1º/02/2001 =

E PORTARIA N. 08.M2001 DE P.02001 =

O SINHOR ROOL E 1/02/05 FAIME. PRIFFIG M. N. DEL DE DIAM.

E STANO DO PARANA DIAMO: Se has eccanyler Mill.

AR 11. Designer. Sanda Mari la Sina R. G. 6. 4.70 per 622, Professor.

Classe O. M. para eccenter a familia de Decida da Banda Marcapil Ede.

Severino Sales. Ediniaja lo Efamilie Ension Fadamenta a para seu dea.

AR 27. Eria Forenza corrent en supre orea dea, resupada as deponyles en constituio.

COMENIQUE-SE

COMI NIGLE-SE
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BRATT, ESTADO DI FAZANA ROOLE JORGE FADEL

Prefeita Municipal

PORTARIA N.º 678/2001 DE: 01/02/2001.

FURIAMAN 19. STADO DO PARANA to so de sua atribuyões que lhe conferem o Ar. 6. Incho 6. do Tinio II. Caplaia I. Serio III. da Lei Orgânica do Município, de 17.5490.

seas enrouspees que ne contretem o Art. (n. Inciso S., do Italio II. Caphole I. Scydo III. de Lei Orgânica do Manacigo, de 175-690, RESOLVE Art. 1.7) - ADMITIR, em virtude de Aprovação em Concurso Público, NEL SON PEIXOTO DOS SANTOS, portador do CDI N.* 331-331-8 e CPF 1277-994-159-20, para toujur o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS expetire desta data. a partir desta data

An. 27). Eta paran esta em vers esta eta, evogada la disposició en cretan.
COMUNIQUE-SE, PUPLIQUE-SE, CUMPRA-SE
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBATIL ESTADO DO PARANÁ.

o primeiro dia do més de fevereiro do ano de dois mil e um (01/02/00)

ROOLE JORGE FADEL

VALDEMIR BRAZ BUENO Dire

PORTARIA N.º 677/2001 DE: 01/02/2001.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBATTI, ESTADO DO PARANÁ, un uso de suas atrabuições que the conferem o Art. 66, Iacino 6, do Titulo II, Capitulo I, Seção II. da Lei Orgânica do Município

RESOLVE Art. 1°) - ADMITIR, em virtude de Aprovação em Concurso Público. ELADNE APARECIDA DE FREITAS, portadora do RG N°6.993.817-5 SSP/PR e CPP-904-287 779-29, para ocupar o cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, a

desta data partir desta data
Art. 27) - Esta pontrala estra esta signi nesta data revogada as disposações em arterios
COMUNIQUESE, PUPLIQUESE, CUMPRA-SE
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BATTI, ESTADO DO PARANA.

dia do més de fevereiro do ano de dois mil e um (01/02

ROQUE JORGE FADEL Prefeito Municipal

VALDEMIR BRAZ BUENO

PORTARIA N.º 684/2001 DE:01/02/2001

PORTARIA N.º 684/2001 DE:01/02/2001

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuções que lhe conferem o Art. 66, Incho 6, do Tínulo IL Capinalo I. Seção III, da Lei Orgânica do Municipio de. 27/04/90.

Art. 1.º) - ADMITIR, em virtude de Aprovação em Concurso Público, ANTONIO DOS SANTOS CECÍLIO , portador do RG n.º 3 770,351-6-55PPR e CPF 0/977-346 198-19. para ocupar o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 2, a partir desta data.

An 2.º) - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as depurações em contrino COMENIQUE-SE, PUPLIQUE-SE, CUMPRA-SE
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ ao princeiro da do mité de fevereiro da ano de dois unit e um (01/07/20/01).

ROQUE JORGE FADEL.

Prefeito Municipal

Director Administrativo e Firanceiro

PORTARIA N.º 676/2001 DE:01/02/2001

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe conferem o Art. 66, Inciso 6, do Titulo II, Capítulo I. 27/04/90

RESOLVE

Art. L*) - ADMITIR, em surude de Aprissação em Concurso Público, CESAR AUGUSTO DE MELLO E SUMA , portador do RG n* 1988 216 1 SSPRP e CFE n*112 535 679 91, para ocupar o cargo de ADVOGADO, a partir desta data An 2*-, Esta portaria entra em vigor nesta data, revivigada as disposições em

COMUNIQUE-SE, PUPLIQUE-SE, CUMPRA-SE GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ. ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e um (01/02/2001) ROQUE JORGE FADEL

Prefeito Municipal

PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, so uso de sua simburgões que lhe conferem o Art. 66, Inciso 6, do Título II, Capítulo I, Seção II, da Lei Orgânica do Municipo de 2706490, RESOLVE

RESOLVE
Art 1.*) - ADMITIR, em vitude de Aprovação em Concurso Público, VALDEMIR BRAZ BUENO, portador do RG a.* 1,197,146-2. SSP/PR e CPF #437,116.919-20, para ocupar o cargo de ADVOGADO, a partir desta data Art. 2.5) - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em

COMUNIQUE-SE, PUPLIQUE-SE, CUMPRA-SE GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ so primeiro día do mês de fevereiro do ano de dois mil e um.(01/02/2001). ROUE JORGE FADEL.

Prefeito Municipal

PREJETO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 674/2001 DE: 30/01/2001.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, no uso de sua atribuções que the conferem o Art. 66, Inciso 6, do Tirelo II. Capítulo I. Seção II. da Les Orgânica do Municipio , de 27/01/20.

RESOLVE.

Art. 1.5) - EXONERAR à pedicio, o servidor público municipal VALDEMIR RESOLVE ROBERTO, portador do RG nº 5 340 666-1, CPF 766 000 509-05), ocupante da cargo de auxiliar de serviços terms, a partir dessa data COMENIQUE em vigor tosta tita, revogata da la deputações em circultiva. GABINETE DO PREFEITO MENICIPAL DE IBATIL ESTADO DO PARANÁ. ROQUE JORGE FUDE SECURO do auxiliar do de do mêv de acusto do auxiliar do de MONIZOGO.

VALDEMIR RD 47 PURE CO.

Digitalizado com CamScanner



MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2021 | EDIÇÃO № 2042 | IBAITI, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE DEZEMBRO DE 2021

PÁGINA 12



PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

SETOR DE LICITAÇÃO, CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

PARECER JURIDICO REFERENCIAL Nº 002/2021

CONSULENTE: Departamento de Licitações e Contratos

ASSUNTO: Acréscimos e supressões em contratos administrativos

CONSULTA JURÍDICA:

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO.
LICITAÇÃO. CONTRATO ADMINISTRATIVO.
ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES. PARECER JURÍDICO
REFERENCIAL. ANÁLISE EM TESE. APROVAÇÃO DE
MINUTA PADRÃO. DECRETO MUNICIPAL

I - CONSULTA

A Secretaria Municipal de Gestão Pública solicita desta Procuradoria emissão de Parecer Jurídico Referencial, com fundamento no Decreto Municipal n. 1924, de 06.05.2019, relativamente às hipóteses de acréscimos e supressões em contratos administrativos.

II - ANÁLISE

1.

Preliminarmente, relevante destacar o conteúdo do referido Decreto, publicado no Diário Oficial do Município (DOM), Edição 1415/19, pág. 1, em 06/05/2019:

Art.1º As minutas de editais de licitação e de chamamento público, bem como as dos instrumentos de contratos, acordos, convênios, parcerias, termos de aditamento, ajustes e outros instrumentos congêneres devem ser previamente examinadas e aprovadas pela Procuradoria-Geral do Município, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93 e do art. 35. inciso VI, da Lei n. 13.019/2014.

Parágrafo único. Antes do envio do processo para exame da Procuradoria-Geral, o Órgão Consulente deverá elaborar lista de verificação do cumprimento das exigências legais aplicáveis ao caso concreto (check-list), a ser juntada aos autos do processo administrativo.

Art.2º É dispensado o envio do processo à Procuradoria-Geral do Município se houver parecer jurídico referencial exarado por esse órgão, inclusive com aprovação de minuta-padrão, ressalvada a hipótese de consulta acerca de



MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL № 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL № 137/2011

ANO 2021 | EDIÇÃO № 2042 | IBAITI, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE DEZEMBRO DE 2021

PÁGINA 13



PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

SETOR DE LICITAÇÃO, CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

dúvida jurídica específica, devidamente identificada e motivada, que não seja sanada pelo parecer referencial.

§ 1º O parecer jurídico referencial deverá instruir o processo administrativo em questão, cabendo ao titular da pasta atestar, no caso concreto, o atendimento das exigências legais nele previstas.

§2º A elaboração do parecer jurídico referencial é de competência exclusiva da Procuradoria-Geral do Município, mediante solicitação dos Órgãos da Administração Direta ou dos Entes da Administração Indireta do Município (Autarquias e Fundações), devendo ser firmados pelo Procurador do Município ao qual a consulta foi distribuída, pelo Procurador do Município responsável pelo Setor de Licitações, Convênios e Contratos Administrativos da consulta e ratificados pela Procuradoria-Geral Adjunta de Gestão da Consultoria e pelo Procurador-Geral do Município.

Art. 3º Nos procedimentos vinculados à Lei nº 13.019/2014, que regulamenta as parcerias celebradas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, quanto à emissão do parecer jurídico, aplica-se o disposto nos parágrafos 1º e 2º do Art. 34 do Decreto Municipal nº 1210/2017.

Art. 4º A Procuradoria-Geral do Município deverá manter controle específico sobre os pareceres referenciais por ela exarados, utilizando-se de sistema ou metodologia que permita a célere consulta aos registros dos documentos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Como se vê, o decreto prevê a possibilidade de a Procuradoria-Geral do Município emitir parecer que servirá de referência em futuros processos administrativos (daí o nome 'Parecer Jurídico Referencial'), dispensando-se, assim, o encaminhamento destes à análise desse órgão, salvo se subsistir dúvida de ordem jurídica que não seja sanada por este parecer genérico.

Como se vē, o decreto prevê a possibilidade de a Procuradoria-Geral do Município emitir parecer que servirá de referência em futuros processos administrativos (daí o nome 'Parecer Jurídico Referencial'), dispensando-se, assim, o encaminhamento destes à análise desse órgão, salvo se subsistir dúvida de ordem jurídica que não seja sanada por este parecer genérico.

Evidencia-se, assim, a intenção do administrador de dar celeridade aos processos administrativos, evitando-se a formalização de consultas jurídicas idênticas à Procuradoria-Geral, sobretudo em casos considerados rotineiros e que possam ser respondidas com base em manifestação única e genérica.

Tal disposição normativa, a meu ver, encontra fundamento no art. 37, caput, da Constituição Federal, segundo o qual a administração pública deve obedecer, dentre outros, ao princípio da eficiência.

O princípio da eficiência é um dos princípios norteadores da administração pública anexado aos da legalidade, finalidade, da motivação, da razoabilidade, da proporcionalidade, da moralidade, da ampla defesa, do contraditório, da segurança jurídica e do interesse público, e foi incluído no ordenamento jurídico brasileiro de



MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2021 | EDIÇÃO № 2042 | IBAITI, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE DEZEMBRO DE 2021

PÁGINA 14



PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

SETOR DE LICITAÇÃO, CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

forma expressa na Constituição Federal, com a promulgação da emenda constitucional n. 19, de 4 de junho de 1998, alterando o art. 37.

O renomado HELY LOPES MEIRELLES definiu o principio da eficiência como "o que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento profissional. É o mais moderno principio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros", acrescentando que "o dever da eficiência corresponde ao dever da boa administração".

Para a professora MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO² "o princípio apresenta-se sob dois aspectos, podendo tanto ser considerado em relação à forma de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atuações e atribuições, para lograr os melhores resultados, como também em relação ao modo racional de se organizar, estruturar, disciplinar a administração pública, e também com o intuito de alcance de resultados na prestação do serviço público".

Vale ressaltar que o principio da eficiência deve estar submetido ao principio da legalidade, pois nunca se poderá justificar a atuação administrativa contrária ao ordenamento jurídico, por mais eficiente que seja, na medida em que ambos os principios devem atuar de maneira conjunta e não sobrepostas.

2. Superada essa questão preliminar, passo a análise do mérito da consulta.

2.1.

Os contratos administrativos são mutáveis por natureza. E essa característica se explica, em parte, pela vinculação desses ajustes ao atendimento de interesses públicos, em especial aqueles definidos como primários.

Iniciada a execução do contrato, é possível que se revele necessária a alteração das circunstâncias em que foi celebrado. Nessa hipótese, o engessamento do contrato, especialmente tratando-se de contrato de longa duração, atentaria contra a finalidade pública almejada, pois não atenderia, em nenhuma medida, à concepção de uma prestação eficiente do serviço público, que está sujeito a permanente evolução.

É essa normal instabilidade das circunstâncias originais que dita a constante necessidade de adequação das condições do contrato, que vão se delineando durante a sua execução. Disso resulta o conceito de mutabilidade como fenômeno próprio das formas de prestação dos serviços públicos, pois que, em última análise, tais pactos existem para atender ao interesse público como tal realmente se apresenta, e não uma ficção anacrônica.

A mutabilidade, portanto, conforme já afirmado, é inerente aos contratos, não sendo razoável sejam eles cristalizados e tornados excessivamente rigidos, sobretudo diante das diversas contingências futuras que podem acometer a execução das obrigações durante o prazo do ajuste.



MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2021 | EDIÇÃO № 2042 | IBAITI, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE DEZEMBRO DE 2021

PÁGINA 15



PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

SETOR DE LICITAÇÃO, CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Em razão disso, a mutabilidade dos contratos foi expressamente reconhecida pelo legislador pátrio, podendo ser examinada sob as óticas subjetiva e objetiva.

No plano subjetivo admite-se a alteração das partes contratantes, o que se deve à circunstância de que a atividade empresarial, assim como o interesse público, não é estática e está igualmente sujeita a constantes mutações. Qualquer interpretação restritiva, que admita que a celebração de um contrato administrativo tenha o condão de produzir efeitos como o de impedir alterações societárias, fusões, incorporações, associações com terceiros, seria flagrantemente inconstitucional, por se tratar de interferência indevida e desproporcional no regime privado das sociedades empresárias. É claro que, sob o ângulo do contratante público, esse legitimo direito de alterações inerente à atividade empresarial do contratante privado deve ser compatibilizado com a observância dos principios que informam a atuação da Administração Pública, devendo avaliar se há indicios de violação ao principio da licitação no caso de uso ilegitimo e indevido dessas alterações de indole subjetiva.

No plano objetivo, a mutabilidade dos contratos administrativos implica a possibilidade de alteração do objeto pela própria Administração, com vistas à sua adequação aos interesses públicos, que, por natureza, também não são estáticos. É o que expressamente preceitua o artigo 65, no inciso I, alíneas "a" e "b", da Lei n. 8.666/93, que admite a alteração unilateral do objeto *qualitativamente* e *quantitativamente*, vejamos:

- Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
- I unilateralmente pela Administração:
- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos:
- b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei.
- (...)
- § 10 O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edificio ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.
- § 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no parágrafo anterior, salvo:
- (...)
- II as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

Registre-se, primeiro, que a lei permite ao ente público realizar alterações nos contratos de forma unilateral, ou seja, sem depender da concordância do contratado. Trata-se de uma das chamadas cláusulas exorbitantes, plenamente aplicáveis a todos os contratos administrativos, ainda que não escritas, prerrogativa (dever-poder) conferida ao administrador público e que se justificam



MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL № 137/2011.

ANO 2021 | EDIÇÃO № 2042 | IBAITI, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE DEZEMBRO DE 2021



PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

SETOR DE LICITAÇÃO, CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

em razão de a Administração atuar em nome do interesse geral, sendo, portanto, mera decorrência do basilar princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, que informa e norteia todos os institutos do direito administrativo. Nesse sentido, já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça:

> 3. O poder de alterar unilateralmente o ajuste representa uma prerrogativa à disposição da Administração para concretizar o interesse público. Não se constitui em arbitrariedade nem fonte de enriquecimento ilícito. 4. A modificação quantitativa do valor contratado (acréscimo/supressão) deve corresponder, em igual medida, à alteração das obrigações dos sujeitos da relação jurídica (Administração Pública e particular), ou seja, a variação do preço deve guardar uma relação direta de proporcionalidade com aumento/diminuição do objeto, sob pena de desequilibrio econômicofinanceiro, enriquecimento sem causa e frustração da própria licitação". (STJ, REsp nº 666.878, Rel. Min. Denise Arruda, DJ de 29.06.2007.)

Em segundo lugar, há que se esclarecer que tais alterações unilaterais devem estar baseadas em fatos supervenientes (à celebração do contrato) e digam respeito a cláusulas regulamentares ou de serviços, que são aquelas que disciplinam sobre a execução do objeto do contrato, não podendo abarcar, portanto, as cláusulas econômicas-financeiras, que se relacionam com a remuneração do particular e dependem da concordância para serem alteradas.

Em terceiro lugar, há que se deixar claro que "tanto as alterações contratuais quantitativas - que modificam a dimensão do objeto - quanto as unilaterais qualitativas - que mantêm intangivel o objeto, em natureza e em dimensão estão sujeitas aos limites preestabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei 8.666/93, em face do respeito aos direitos do contratado, prescrito no art. 58, I, da mesma lei, do principio da proporcionalidade e da necessidade de esses limites serem obrigatoriamente fixados em lei" (Decisão n. 215/1999 - Plenário TCU).

As alterações qualitativas (art. 65, I, "a", da Lei n. 8.666/93) são aquelas que modificam o projeto ou suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos, e têm por objetivo, por exemplo, permitir que o advento de uma nova tecnologia ou mesmo a ocorrência de circunstâncias fáticas supervenientes se qualifiquem como causas autorizadoras e legitimadoras da modificação do objeto contratual com vistas ao atendimento do interesse público, que é naturalmente dinâmico. A título de exemplo, pode-se mencionar a alteração do projeto de construção de uma escola, quando se descobre, após o início das obras, ser necessário retirar tubulação enterrada no solo, cuja existência era desconhecida.

Para Carlos Ari Sundfeld, "a Administração está autorizada a alterar por si o contrato, modificando as prestações do contratado, tanto no aspecto quantitativo (aumento ou diminuição das prestações), como no qualitativo (modificação do projeto ou das especificações). Contudo, não pode tocar na natureza das prestações, é dizer, a própria identidade do objeto. Assim, por exemplo, é-lhe vedado exigir de empresa contratada para serviço de manutenção de elevadores o reparo de equipamentos de informática. Caso contrário, poderia estar obrigandoa a realizar coisa a que nem remotamente se obrigou ou a que não está preparada".



MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2021 | EDIÇÃO № 2042 | IBAITI, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE DEZEMBRO DE 2021

PÁGINA 17



PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

SETOR DE LICITAÇÃO, CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

(SUNDFELD, Carlos Ari. Licitação e contrato administrativo. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1995. p. 232.)

Como regra, tais alterações se submetem aos limites impostos no § 1º do art. 65, com vistas a preservar o principio da licitação. Ademais, encontram limite no próprio objeto, que não pode ser desconfigurado ou transformado a ponto de desnaturar sua conformação original, sob pena de violação ao princípio da isonomia, porquanto transmuda completamente a licitação original e vulnera o direito subjetivo dos demais concorrentes de participar do certame, dai a necessidade de restar demonstrada a ocorrência de fato superveniente ocorrido durante a execução do contrato.

Contudo, excepcionalizando a regra geral supramencionada, o Tribunal de Contas da União, em resposta a consulta formulada pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hidricos e da Amazônia Lega (Processo 930.039/1998-0, Decisão nº 215/1999, Plenário), assentou que "nas hipóteses de alterações contratuais consensuais, qualitativas e excepcionalissimas de contratos de obras e serviços, é facultado à Administração ultrapassar os limites aludidos no item anterior, observados os princípios da finalidade, da razoabilidade e da proporcionalidade, além dos direitos patrimoniais do contratante privado, desde que satisfeitos cumulativamente os seguintes pressupostos: I - não acarretar para a Administração encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual rescisão contratual por razões de interesse público, acrescidos aos custos da elaboração de um novo procedimento licitatório; II - não possibilitar a inexecução contratual, à vista do nível de capacidade técnica e econômico-financeira do contratado; III - decorrer de fatos supervenientes que impliquem em dificuldades não previstas ou imprevisíveis por ocasião da contratação inicial; IV - não ocasionar a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos; V - ser necessárias à completa execução do objeto original do contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos beneficios sociais e econômicos decorrentes; VI - demonstrar-se - na motivação do ato que autorizar o aditamento contratual que extrapole os limites legais mencionados na alínea "a", supra - que as consequências da outra alternativa (a rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação) importam sacrificio insuportável ao interesse público primário (interesse coletivo) a ser atendido pela obra ou serviço, ou seja gravíssimas a esse interesse; inclusive quanto à sua urgência e emergência".

Sobre o tema, mostra-se relevante mencionar a lição de CELSO ANTÔNIO BANDEIRA DE MELO[3], nos seguintes termos:

Note-se que a vedação contida no § 2º do art. 65, da Lei 8.666/93 – a de exceder os 25 ou 50% - está reportada tão-somente à alteração unilateral a que se remete a letra "b" do inciso I ("quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta lei", os quais estão fixados no § 1º). Não diz respeito, pois, ao que está mencionado na letra "a" ("modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos").



MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2021 | EDIÇÃO № 2042 | IBAITI, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE DEZEMBRO DE 2021

PÁGINA 18



PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

SETOR DE LICITAÇÃO, CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

De fato, o § 2º do art. 65 (que declara inaceitáveis quaisquer acréscimos ou supressões excedentes dos limites fixados) remete expressamente ao parágrafo anterior. Ora, neste, ou seja, no § 1º, está estabelecido que o contrato fica obrigado a aceitar acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras até 25% ou, no caso de reforma, 50%. Portanto, ambos os parágrafos (1º e 2º) estão reportados a "acréscimo" ou "diminuição": expressões idênticas ou equivalentes às utilizadas na letra "b" do art. 65, I ("acréscimo ou diminuição"), que é o que trata de alteração de quantitativos. Demais disto, é também nesta letra "b" - unicamente nela que se faz referência a "nos limites permitidos por esta lei" — expressão que inexiste na letra "a" (que trata de "modificação do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos seus objetivos"). Esta inclusão dos limites em uma e exclusão em outra não pode ser desconsiderada.

Isto não significa, entretanto, total e ilimitada liberdade para a Administração modificar o projeto ou suas especificações, pena de burla ao instituto da licitação. Estas modificações só se justificam perante circunstâncias específicas verificáveis em casos concretos, quando eventos supervenientes, fatores invulgares, anômalos, desconcertantes de sua previsão inicial, vêm a tomar inalcançável o bom cumprimento do escopo que o animara, sua razão de ser. seu "sentido", a menos que, para satisfatório atendimento do interesse público, se lhe promovam alterações. (...) A lei prevê (§ 2º do art. 65) que, por mútuo acordo, admitir-se-ão supressões nas obras, compras e serviços excedentes dos limites dantes referidos (25% ou, no caso de reforma, 50%); não, porém, acréscimos. Parece-nos, entretanto, que a dicção legal, conquanto muitissimo salutar, não deve ser recebida de modo extremado. É que, por mútuo acordo, segundo entendemos, poderia caber modificação excedente dos limites previstos no § 1º do art. 65 caso ocorra alguma situação anômala, excepcionalissima, que a justifique, ou, então, em face das chamadas "sujeições imprevistas"; isto é: quando dificuldades naturais insuspeitadas se antepõem a realização da obra ou serviço, exigindo tal acréscimo. (destaquei)

Importante mencionar, ainda, por sua relevância, o Acórdão n. 448/2011 do TCU, por meio do qual o Tribunal reputou válida uma alteração contratual que acarretou o aumento do valor do contrato em aproximadamente 2.700%, ou seja, acima do limite legal e em desacordo com os parâmetros fixados na Decisão n. 215/1999, divulgado no Informativo de Jurisprudência sobre Licitação e Contratos nº 52/2011:

Aditivos contratuais superiores aos limites estabelecidos na Lei 8.666/1993: em caráter excepcional, podem ser considerados válidos. Mediante representação, o Tribunal apurou possíveis irregularidades que teriam sido cometidas pela Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia – (Hemobrás), no âmbito do aditamento 01/2010, promovido ao contrato 22/2007, firmado entre aquela estatal e o Laboratoire Français du Fractionnement et des Biotechnologies – (LFB), tendo por objeto inicial a transferência de tecnologia referente ao processo de produção de hemoderivados. O aditivo em questão ensejou acréscimo de, aproximadamente, 2.700% ao valor inicialmente constante do contrato qual passou a prever que o LFB encarregar-se-ia não só da transferência de tecnologia referente ao processo de produção de hemoderivados, mas também da própria execução dos serviços de fracionamento de plasma



MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2021 | EDIÇÃO № 2042 | IBAITI, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE DEZEMBRO DE 2021

PÁGINA 19



PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

SETOR DE LICITAÇÃO, CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

captado no Brasil. Ao analisar a matéria, o relator destacou que, "embora a assinatura do aditivo 01/2010 não se coadune com a decisão 215/1999-Plenário e, por conseguinte, tenha representado, a princípio, afronta ao art. 65, § 1º, da Lei 8.666, de 21/6/1993, o resultado prático da realização de processo licitatório distinto possivelmente seria o mesmo, qual seja, a contratação do Laboratoire Français du Fractionnement et des Biotechnologies, uma vez que este laboratório foi o único a participar da concorrência internacional que precedeu o contrato 22/2007". A essa possível inexistência de outras empresas interessadas, aditou o relator o fato de que o aditivo 01/2010, ao incumbir o LFB de executar o fracionamento de plasma sob o acompanhamento de técnicos da estatal contratante, ter possibilitado a imediata transferência de tecnologia relacionada ao processo de produção de hemoderivados, independentemente da conclusão das obras de construção da fábrica da Hemobrás, atrasada em decorrência da anulação de duas outras licitações. Acresceu, ainda o relator, que "a contratação de outro laboratório que não o LFB resultaria em retrabalho para a Hemobrás, eis que seus técnicos, após a construção da fábrica, teriam de se adaptar a rotinas e fluxogramas distintos daqueles adotados até então, haja vista se diferenciarem, de laboratório para laboratório, muitos dos procedimentos afetos ao processo de fracionamento de plasma, inclusive com relação à coleta e ao controle de qualidade". Assim, diante das peculiaridades do caso, votou o relator pelo não apenamento do signatário do termo aditivo 01/2010 do contrato 22/2007, o qual, em caráter excepcional, deveria ser considerado válido. Nos termos do voto, o Plenário manifestou sua anuência. Acórdão n.º Aroldo Min. 448/2011-Plenário, TC-011.298/2010-3, rel. 23.02.2011.

É certo que o entendimento acima foi tomado em vista de um caso concreto, que envolve contratação complexa e repleta de peculiaridades, o que, aliás, foi objeto de destaque no próprio Acórdão, onde ressalvou-se que "essa proposta não constitui precedente para que casos de extrapolação dos limites para aditamento de contratos sejam validados, tendo sido considerada, para a atual proposta, a peculiaridade e excepcionalidade do caso em análise".

As alterações quantitativas (art. 65, I, "a", da Lei n. 8.666/93), por sua vez, são aquelas que mantêm o objeto do contrato inalterado mas o contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias. Devem ser tecnicamente justificadas e ter como causa fatos supervenientes à assinatura do contrato, sob pena de nulidade. Sobre o tema, o TCU, em sede de representação, considerou indevida a celebração dos termos aditivos que resultaram em acréscimos de 25%, tendo em vista que "a demanda de projetos não implementados e o fim do Contrato nº 56/2006 já eram de conhecimento do órgão antes da realização do certame, sendo assente nessa Corte de Contas que os motivos capazes de ensejar o acréscimo devem ser supervenientes à assinatura do contrato". No mesmo sentido, Acórdãos nºs 2.032/2009 e 172/2009, ambos do Plenário, 5.154/2009, da 2ª Câmara e 2.727/2008, da 1ª Câmara. (Grifamos.) (TCU, Acórdão nº 1.748/2011, Plenário, Rel. Min. José Jorge, DOU de 05.07.2011.)

Conforme já exposto, o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93 impõe limites para estas alterações contratuais de até 25% do valor inicial atualizado do contrato (somados todos os aditamentos), e no caso particular de reforma de edificio ou de equipamento até o limite de 50% para seus acréscimos. E, ao contrário do que

8



MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL № 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL № 137/2011

ANO 2021 | EDIÇÃO № 2042 | IBAITI, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE DEZEMBRO DE 2021

PÁGINA 20



PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

SETOR DE LICITAÇÃO, CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

acontece com as alterações qualitativas, não há exceção na aplicação das alterações quantitativas, que sempre se submeterão aos referidos percentuais. Apenas as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes podem ultrapassar esses limites.

Importante registrar que, para efeito de observância dos limites de alterações quantitativas, deve-se considerar as supressões e os acréscimos de forma isolada, afastando a metodologia de compensação entre eles, uma vez que essa forma de cálculo pode transfigurar o objeto e violar o princípio da licitação. Assim, não pode um contrato ser objeto de acréscimo de 30% e supressão em 15%, compensando-se os percentuais para se chegar a uma alteração liquida de 15%, que estaria, em tese, aquém do limite legal de 25%.

Essa questão já foi analisada pelo TCU, cujo posicionamento se consolidou no sentido de coibir essas compensações (Acórdãos 749/2010, 2819/2011 e 3105/2013, todos do Plenário). O objetivo é evitar que as alterações resultem na transfiguração do objeto, com a modificação dos itens licitados, gerando um descompasso entre o que foi licitado e o que foi executado, o que geralmente acontecem em licitações de obras públicas mal estruturadas ou planejadas.

2.2

Assim, os requisitos a serem observadas para a formalização de aditamento contratuais que impliquem acréscimos ou supressões podem ser assim resumidos:

2.2.1) para as alterações qualitativas: a) haja justificativa técnica acerca da necessidade da modificação do projeto ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos; b) decorram de fato superveniente à celebração do contrato; c) não haja desconfiguração do objeto contratado; d) na hipótese de acréscimo qualitativo de item não previsto no contrato original, fique demonstrado que o valor a ser pago está de acordo com o praticado no mercado; e) para as alterações unilaterais, observem-se os limites do § 1º do art. 65, da Lei 8.666/93, somados todos os acréscimos e supressões, calculados sobre o item específico (quando se tratar de licitação por itens) - e não sobre o valor total do lote ou do contrato-, ressaltando-se que, conforme o TCU, limites somente poderão ser ultrapassados se houver consenso entre as partes contratantes e se satisfeitos, cumulativamente, os pressupostos contidos na Decisão n. 215/1999 - Plenário, quais sejam: I - não acarretar para a Administração encargos contratuais superiores aos oriundos de uma eventual rescisão contratual por razões de interesse público, acrescidos aos custos da elaboração de um novo procedimento licitatório; II - não possibilitar a inexecução contratual, à vista do nível de capacidade técnica e econômico-financeira do contratado; III - decorrer de fatos supervenientes que impliquem em dificuldades não previstas ou imprevisíveis por ocasião da contratação inicial; IV - não ocasionar a transfiguração do objeto originalmente contratado em outro de natureza e propósito diversos; V - ser necessárias à completa execução do objeto original do contrato, à otimização do cronograma de execução e à antecipação dos benefícios sociais e económicos decorrentes; VI - demonstrar-se - na motivação do ato que autorizar o aditamento contratual que extrapole os limites legais mencionados na alínea "a", supra - que as consequências da outra alternativa (a rescisão contratual, seguida de nova licitação e contratação) importam sacrificio insuportável ao interesse público

9



MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2021 | EDIÇÃO № 2042 | IBAITI, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE DEZEMBRO DE 2021

PÁGINA 21



PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

SETOR DE LICITAÇÃO, CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

primário (interesse coletivo) a ser atendido pela obra ou serviço, ou seja gravissimas a esse interesse; inclusive quanto à sua urgência e emergência); f) para efeito de observância dos limites de alterações, considerem-se as supressões e os acrescimos de forma isolada, afastando a metodologia de compensação entre eles.

2.2.2) para as alterações quantitativas: a) haja justificativa técnica; b) decorram de fato superveniente à celebração do contrato; c) para as alterações unilaterais, observem-se os limites do § 1º do art. 65, da Lei 8.666/93, somados todos os acrescimos e supressões, calculados sobre o item específico (quando se tratar de licitação por itens) - e não sobre o valor total do lote ou do contrato; e d) para efeito de observância dos limites de alterações quantitativas, considerem-se as supressões e os acréscimos de forma isolada, afastando a metodologia de compensação entre eles.

III - CONCLUSÃO

Posto isso, cumpridas essas exigências, a alteração do contrato para acrescimos e supressões encontrará respaldo no ordenamento jurídico.

Ficam aprovadas as minutas de termos aditivos que acompanha a presente consulta.

Considerando que as minutas supramencionadas só tratam das alterações quantitativas (alinea 'b' do inciso 1 do art. 65, da Lei 8.666/93), solicito à consulente a elaboração das minutas que tratem das alterações qualitativas (alinea 'a' do inciso I do art. 65), podendo, caso assim entender mais conveniente, submeter esses casos à análise específica desta PGM.

Ressalto que a presente manifestação jurídica foi realizada em termos genéricos ('em tese') - sem vinculação a qualquer caso específico presente, portanto - e se restringiu aos seus aspectos jurídicos-formais, excluidos, portanto, aqueles de natureza tecnica, tendo por intuito exclusivo assistir a autoridade administrativa no controle interno da legalidade dos atos administrativos, à qual cabera atestar o atendimento de todas as exigências legais listadas nesta manifestação, conforme dispõe o art. 2°, § 1°, do Decreto Municipal n. 1924/2019.

À ratificação do Procurador Geral do Município, nos termos do art. 2º, § 2º, do referido Decreto Municipal n. 1924/2019.

É o Parecer, SMJ.

Ibaiti (PR), 02 de dezembro de 2021.

VALDEMIR BRAZ BUENO Procurador Municipal Portaria n. 675/2001, de 01.02.2001 OAB/PR 15.222



MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2021 | EDIÇÃO № 2042 | IBAITI, SEGUNDA-FEIRA, 06 DE DEZEMBRO DE 2021

PÁGINA 22



PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

SETOR DE LICITAÇÃO, CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

De acordo. Aprovo.

JUVENTINO ANTONIO DE MOURA SANTANA **Procurador Geral**

Portaria n. 001, de 04/01/2021 OAB-PR 37.806

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2002
 PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. Direito Administravo. São Paulo: Atlas, 2002.
 Curso de Direito Administravo. 23. Ed., Malheiros, 2007, p. 607-609



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC IBAITI - PARANÁ

SEGUNDOTERMO ADITIVO AO CONTRATO N.224/21

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 224/21 CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE IBAITI – E A EMPRESA EDINEI ROCHA - TURISMO – ME, QUE TEM POR OBJETO O AUMENTO DE QUANTITATIVO DE KM CONTRATADO PARA O TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IBAITI – ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de Direito Público, CNPJ/MF sob n. 77.008.068/0001-41, com sede administrativa na Praça dos Três Poderes, n. 23, Ibaiti – Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal - ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO, brasileiro, casado, médico, portador da CI-RG n. 6.259.277-0 (SSP- PRO, e do CPF-MF sob n. 023.244.229-05, residente e domiciliado na Rua Arthur Sampaio, n. 140, Centro, Ibaiti – Paraná,

CONTRATAD				
EDINEI ROCH	IA - TURISMO – ME - CNPJ	- 81.078.529/000°	1-20	
TÍTULO DO EST	ABELECIMENTO (NOME DE FANT	ASIA)		PORTE ME
CÓDIGO E DES 49.29-9-01 - Trai	CRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMI nsporte rodoviário coletivo de pas	CA PRINCIPAL ssageiros, sob regim	ne de fretamento, municipa	ıl
CÓDIGO E DES 213-5 - Empresá	CRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA Irio (Individual)			
LOGRADOURO R ANTONIO DE MOURA BUENO		NÚMERO 334	COMPLEMENTO	
CEP 84.900-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO IBAITI		UF PR

Os CONTRATANTES acima qualificados, em comum acordo, tem entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao Contrato nº 224/21, referente ao Processo Licitatório – Pregão Eletrônico de nº 054/21, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, demais normas regulamentares que regem a espécie, e às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O presente termo aditivo tem como objeto o aumento de quantitativo de km contratados para atender as necessidades do transporte escolar na rede municipal de Ensino.
- 1.2. O presente aditamento integrará o contrato para todos os fins e efeitos de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR – AUMENTO DE QUANTITATIVO

2.1. O valor do presente aditivo corresponde ao valor de R\$ 1.879,63 (um mil, oitocentos e setenta e nove reais e sessenta e três centavos), referente ao aumento de 15,2 km diário, pelo período de 27 dias letivos, correspondente a percentual de 1,94% da quilometragem contratada, conforme quadro abaixo:



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC IBAITI - PARANÁ

CONTRATADO	PREGÃO	N.º	DATA	DATA LINHA - ROTA - PERCURSO /		DATA LINHA - ROTA - PERCURSO ACRESCIMO TOTAL KM CUS		CUSTO	OKM	VALOR TOTAL DO
	FREGAU	CONTRATO CONTRATO		KM DIARIO	27 dias	ATU	JAL	ADITIVO		
EDINEI ROCHA TURISMO	054/2021	224/21	22/11/2021	7 - FAZENDINHA	15,2	410,40				
					21.200	R\$ 4,58	R\$ 1.879,63			
	PERCENTUAL			1,94%	l					

2.2 - Os efeitos financeiros decorrentes deste reequilíbrio vigoram a partir do dia 30.09.2022.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA DESPESA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas com este termo aditivo correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias: Secretaria Municipal de Educação:

DOTAÇÕES:

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade 009: TRANSPORTE ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 12.361.0010.2-046 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.0.00.00.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00.00.00 APLICAÇÕES DIRETAS

3.3.90.30.00.00 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO

04520 000 0 / 1 / 7 / 0 / 0 Recursos Ordinários (Livres)

04530 103 103 / 1 / 1 / 0 / 0 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB

04540 104 104 / 1 / 1 / 0 / 0 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica

04550 121 1013 / 9 / 1 / 5 / 18 Transferências Voluntárias Públicas Estaduais

04560 149 1043 / 9 / 1 / 6 / 0 Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa

Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)

CLÁUSULA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO

- 4.1. O presente termo aditivo encontra amparo legal no artigo 65, §1º e 2º, da Lei n.º 8.666/93.
- 4.2. O presente aditivo fundamenta-se também nas informações, despachos e autorizações contidas no processo administrativo licitatório - Pregão Eletrônico Nº 054/21, Contrato Administrativo nº 224/21, Requerimento de aditivo de aumento de quantitativo econômico financeiro - PAD Nº 23.316, de 30/09/2022, Parecer Técnico, Parecer Contábil, Parecer Jurídico e autorização do Executivo para formalização deste aditivo, os quais passam a fazer parte deste aditamento como se nele estivessem transcritos.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS

- 5.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato inicial firmado entre as partes, mencionando no preâmbulo deste aditivo, desde que não conflitantes com o presente termo, ora celebrado.
- E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito e produza os efeitos legais precisos, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE E CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Ibaiti (PR), 10 de outubro de 2022.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEDUC IBAITI - PARANÁ

MUNICIPIO DE IBAITI – ESTADO DO PARANÁ pessoa jurídica de Direito Público, CNPJ/MF sob n. 77.008.068/0001-41, com sede administrativa na Praça dos Três Poderes, n. 23, Ibaiti – Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal - ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO, brasileiro, casado, médico, portador da CI-RG n. 6.259.277-0 (SSP- PR0, e do CPF-MF sob n. 023.244.229-05, residente e domiciliado na Rua Arthur Sampaio, n. 140, Centro, Ibaiti – Paraná,

EDINEI ROCHA - TURISMO, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 81.078.529/0001-20, com sede na RUA ANTONIO DE MOURA BUENO, 0 Casa - CEP: 84900000 - BAIRRO: Centro, Município de Ibaiti/PR, representada pelo Sr(a) EDINEI ROCHA, brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade RG nº 35008535 e inscrito(a) no CPF sob o nº 654.145.789-15.
Testemunhas:

SADRAQUE DA SILVA CIPRIANO Diretor do Departamento Rodoviário Fiscal do Contrato

FERNANDO LOPES LOUZANO DE SIQUEIRA RG nº 9.187.331-1/SSP-PR - CPF nº 050.143.969-25

ROSÂNGELA TEIXEIRA

RG nº 4.989.267-5/SSP-PR - CPF nº 710.877.379-15